



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2022



RELATÓRIO DE GESTÃO

Nota Introdutória.....	1
Metodologia.....	2
Sines Tecnopolo - Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama	5
Análise Financeira	5
Síntese da Atividade Desenvolvida	6
Associação Pró Artes de Sines	19
Análise Financeira	19
Síntese da Atividade Desenvolvida	20
Análise Patrimonial.....	28
Análise ao Balanço Consolidado – Ativo	28
Análise ao Balanço Consolidado – Património Líquido.....	29
Análise ao Balanço Consolidado – Passivo.....	30
Análise à Demonstração de Resultados – Gastos	30
Análise à Demonstração de Resultados – Rendimentos	31
Análise à Demonstração de Resultados – Resultados	32
Endividamento do Grupo Municipal.....	33
Indicadores de Gestão	34
Demonstrações Financeiras Consolidadas	36
Balanço consolidado	37
Demonstração dos resultados por naturezas consolidados	40
Demonstração das alterações no património líquido consolidada	42
Demonstração dos fluxos de caixa consolidados.....	44
Anexos às demonstrações financeiras consolidadas	46
Demonstrações orçamentais consolidadas	82
Demonstração Consolidada de Desempenho Orçamental.....	83
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	85

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Dados Financeiros - Sines Tecnopolo.....	5
Tabela 2 - Dados Financeiros - Pró Artes.....	19
Tabela 3 - Balanço Consolidado – Ativo	28
Tabela 4 - Balanço Consolidado – Património Líquido	29
Tabela 5 - Balanço Consolidado - Passivo.....	30
Tabela 6 - Demonstração de Resultados - Gastos	31
Tabela 7 - Demonstração de Resultados – Rendimentos.....	31
Tabela 8 - Resultados.....	32
Tabela 9 - Endividamento Consolidado - 2022.....	33
Tabela 10 - Evolução do Endividamento Consolidado	33
Tabela 11 - Indicadores Económico-Financeiros	34
Tabela 12 - Comparticipação de cada entidade nas demonstrações financeiras	35

NOTA INTRODUTÓRIA

Em conformidade com o disposto no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Dispõe o artigo 75.º do referido diploma que o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades, devendo ainda serem consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Nestes termos, o grupo municipal é constituído pelo Município de Sines, entidade consolidante, e pelas entidades consolidadas, Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama (Sines Tecnopolo), a Associação Pró Artes de Sines e a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Refere o artigo 76.º do RFALEI que os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas. Este sistema permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC –ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

METODOLOGIA

A elaboração da prestação de contas consolidadas do Município de Sines para o exercício de 2022 teve subjacente os seguintes normativos:

- Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro - Lei de Enquadramento Orçamental (LEO);
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- Instrução n.º 1/2019 - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC);
- Resolução n.º 6/2022 do Tribunal de Contas - Prestação de contas relativas ao ano de 2022 e gerências partidas de 2023;
- Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

No SNC-AP os interesses em outras entidades são regulados pelas seguintes normas:

- NCP 21 – Demonstrações Financeiras Separadas - O objetivo desta Norma é prescrever os requisitos de contabilização e divulgação aplicáveis aos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos, ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas.
- NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas - O objetivo desta Norma é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.
- NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos - O objetivo desta Norma é prescrever o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial no tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.
- NCP 24 – Acordos Conjuntos - O objetivo desta Norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente (ou seja, acordos conjuntos).

Adicionalmente, podem ainda aplicar-se as seguintes normas:

- NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
- NCP 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
- NCP 18 – Instrumentos Financeiros

- NCP 20 – Divulgação de Partes Relacionadas

Nos termos do artigo 7.º do SNC-AP é estabelecido, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26);
- Perímetro de natureza financeira (NCP22).

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes. No entanto não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada.

Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidada, os municípios apresentam os mapas orçamentais com o perímetro orçamental e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.

Relativamente ao perímetro de consolidação orçamental, no caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, o que inclui a Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama (Sines Tecnopolo) e a Associação Pró Artes de Sines. Quanto ao perímetro de consolidação financeira, inclui as entidades do perímetro de consolidação orçamental e as entidades controladas pelas Administrações Públicas.

No entanto, por força do artigo 200.º da Lei de Orçamento do Estado para 2023, a prestação de contas relativa a 2022 das entidades pertencentes às administrações públicas sujeitas ao SNC-AP, incluindo as entidades públicas reclassificadas, pode ser efetuada no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às contas de 2021, o que originou que as associações detidas pelo Município prestassem contas no regime do SNC, pelo que o perímetro orçamental só engloba o próprio Município.

No que concerne aos métodos de consolidação, o Município de Sines adotou os seguintes:

- Método de consolidação integral para as duas entidades que controla, Sines Tecnopolo e Associação Pró-Artes, evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito como interesses minoritários; e o
- Método da equivalência patrimonial para a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

No método de consolidação integral, procedemos à integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante, os elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Os interesses minoritários foram reconhecidos em termos de balanço e demonstração de resultados, de acordo com as percentagens de cada entidade consolidada que não são detidas pelo Município de Sines.

Seguidamente, procedemos à eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo público, dada a estrutura das demonstrações financeiras anuais das entidades a consolidar. Deste modo, efetuámos as obrigatórias eliminações de saldos, das transações relativas a operações efetuadas entre as entidades e as necessárias eliminações recíprocas.

Dado o método de consolidação integral, foi necessário desenvolver as seguintes fases:

- Acumulação das contas do balanço e da demonstração dos resultados, através da simples adição, do conjunto das entidades a consolidar;
- Repartição, quer dos capitais próprios, quer do resultado do exercício das entidades dependentes, evidenciando a fração que pertence ao grupo e a que pertence a terceiros (interesses minoritários);
- Evidenciação da diferença entre o valor da participação financeira contabilizado no ativo do Município e a correspondente fração que lhe cabe nos capitais próprios das entidades dependentes;
- Anulação de todas as operações entre as entidades a consolidar, bem como dos resultados e demais saldos de contas delas decorrentes.

No que respeita ao método de equivalência patrimonial aplicado à participação do Município de Sines na Município, SA., foram reconhecidas as variações no capital próprio da participada e o resultado líquido do período de 2022, em função da percentagem detida.

SINES TECNOPOLO - ASSOCIAÇÃO CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA VASCO DA GAMA

ANÁLISE FINANCEIRA

TABELA 1 - DADOS FINANCEIROS - SINES TECNOPOLO

(unidade: €)

Dados anuais	2022	2021	Variação	
			(€)	(%)
Capital Social	1.007.500	965.000	42.500	4,40%
Total do ativo	4.461.626	4.490.912	-29.285	-0,65%
Capital próprio	2.516.008	2.396.707	119.301	4,98%
Resultado líquido do período	131.523	127.586	3.937	3,09%
Passivo total	1.945.618	2.094.205	-148.587	-7,10%
Passivo não corrente	1.157.032	1.348.060	-191.029	-14,17%
Financiamentos obtidos	1.157.032	1.348.060	-191.029	-14,17%
Passivo corrente	788.586	746.144	42.442	5,69%
Financiamentos obtidos	276.189	225.149	51.040	22,67%
Fornecedores/Outros credores CP	512.397	520.995	-8.598	-1,65%
Acréscimos e diferimentos	0	0	0	
Total de rendimentos e ganhos	1.126.152	808.341	317.811	39,32%
Volume de negócios	804.777	529.415	275.362	52,01%
Prestação de Serviços	203.777	183.495	20.282	11,05%
Subsídios à exploração	601.000	345.920	255.080	73,74%
Total de gastos e perdas	994.699	676.533	318.166	47,03%
EBITDA	279.557	276.517	3.039	1,10%
Gastos com o pessoal	339.329	333.661	5.668	1,70%
Nº empregados	15	15	0	0,00%

O Sines Tecnopolo - Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama apresenta um ativo de 4,5 milhões de euros, um passivo de 1,9 milhões e um capital próprio de 2,5 milhões de euros.

O resultado líquido do período de 2022 no valor de 132 mil euros representa uma variação de 3% face a 2021.

SINTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O Sines Tecnopolo - Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama, constituído a 19 de dezembro de 2006, é uma Associação privada sem fins lucrativos, com sede na Zona de Indústria Ligeira, Lote 122 A, Freguesia e Concelho de Sines. Iniciou a sua atividade a 01 de agosto de 2007, e tem como objeto social:

- A promoção do empreendedorismo de base tecnológica e a oferta de serviços complementares relevantes para a atividade económica regional, acolhendo nas suas instalações ideias, projetos e empresas que apresentem uma forte ligação com áreas de investigação e desenvolvimento tecnológico determinantes para a diversificação e fortalecimento do tecido empresarial da região;
- A promoção e incorporação de tecnologia e conhecimento produzido em instituições de investigação e ensino superior e a respetiva transferência para o setor produtivo;
- A constituição, promoção, desenvolvimento e gestão de um centro de incubação de empresas de base tecnológica;
- A prestação de serviços especializados, consultoria, formação, marketing, aluguer e rentabilização de espaços de apoio às empresas.

Durante o ano de 2022 foram desenvolvidos um conjunto de projetos, dos quais se destacam:

- **ALENTEJO AZUL - PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MAR E RECURSOS HÍDRICOS**
 - O ALENTEJO AZUL - Programa de Empreendedorismo e Inovação do Mar e Recursos Hídricos visa estimular a atuação na temática do mar e dos recursos hídricos, materializando-se num programa de criação de novas empresas e apoio à inovação empresarial no setor, com ações integradas e promovido por uma parceria forte, pretendendo afirmar-se como uma referência nacional e internacional na economia azul.
 - Esta iniciativa pretende impulsionar o empreendedorismo direcionado para atividades e setores com fortes dinâmicas de crescimento e intensivos em tecnologia, conhecimento e criatividade, em particular por via do apoio a “start-ups” e “spin-offs”, enquanto veículos privilegiados para a incorporação de tecnologia e de conhecimento no tecido económico regional.
 - Durante o ano 2022, realizaram-se as seguintes atividades no âmbito do projeto:

- Realização do 1º Prémio Regional de Empreendedorismo Alentejo Azul.
- Realização de 2 Bootcamps Alentejo Azul (Vila Nova de Santo André e Portel).
- Apresentação do estudo de caracterização do setor da água e recursos hídricos no Alentejo.
- Visitas de Benchmarking a Espanha (região da Andaluzia), Croácia (Zagreb e Lagos Plitvice), Itália (Lago Iseo e Veneza), Grécia (Lago Plastiras Patras (Atenas), Noruega (Oslo e Bergen).
- Seminários de apresentação dos Resultados de Benchmarking (online e na Feira do Mar 2022).
- 21 Talks Alentejo Azul : sessões de trabalho com empreendedores.
- Coaching e Mentoring aos empreendedores.
- Apresentação dos resultados finais do projeto em Monsaraz.
- AQUA +
 - Promoção do espírito empresarial através da dinamização da inovação e empreendedorismo, com vista à capacitação e ao aumento da competitividade das empresas já existentes e à criação de novas empresas ligadas ao meio aquático.
 - Este projeto visa o desenvolvimento de atividades de capacitação e coopetição, envolvendo empresas existentes, empreendedores e jovens em idade escolar e conta com cofinanciamento pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas no âmbito do programa Mar 2020.
 - Atividades desenvolvidas:
 - Execução do Concurso de Ideias Aqua Empresas.
 - Execução do Concursos de Ideias de Negócio Aqua+ Escolas.
 - Fórum Internacional – Feira do Mar 2022.
 - Missão Inversa de Investidores.
- ATLAZUL
 - O principal objetivo do projeto é identificar desafios, oportunidades e gerar redes que promovam a especialização da área transfronteiriça em matéria de crescimento azul, bem como desenvolver inovações no âmbito das políticas de Crescimento Azul, centradas em novas soluções com suporte digital, para o problema do metabolismo territorial e da melhoria do conhecimento terrestre e marinho.

- Atividades desenvolvidas:
 - Contribuições para Plano de Comunicação.
 - Participação como oradores na sessão “Blue Business models and opportunities” no “Blue Innovation Forum, Cadiz”.
 - Sessão na Feira do Mar de 2022 referente aos objetivos de desenvolvimento sustentável das nações unidas no turismo.
 - Participação no Fórum Internacional de Transferência do Conhecimento da Economia Azul.
 - Reuniões de comité de seguimento do projeto.
- BLUE BUSINESS ACADEMY - GESTÃO E LIDERANÇA PARA PORTOS MARÍTIMOS
 - - Blue Business Academy pretende incrementar a relação entre entidades da Comunidade Portuária a nível da gestão e liderança, capacitando líderes de topo e técnicos superiores através de bootcamps, sessões de coaching, formação online em novas tecnologias, sessões de formação temáticas com especialistas na área da gestão e liderança.
 - O projeto foi apresentado no dia 14 de outubro de 2022, na 5ª edição da Feira do Mar, que se realizou no castelo de Sines.
- CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ALTAMENTE QUALIFICADOS (PME OU COLAB)
 - Objetivo principal | Operacionalização das condições indispensáveis para a especialização do Sines Tecnopolo enquanto Incubadora Tecnológica de Base Marítima, melhorando significativamente as condições para o desenvolvimento de produtos e serviços no âmbito da Economia do Mar no médio prazo (3 a 5 anos).
 - Criação de um posto de trabalho de um recurso humano altamente qualificado.
 - O projeto foi objeto de reafecção de valores do ano 2020 para o ano 2023.
- INTERNACIONALIZAR + ESTAÇÕES NÁUTICAS DO ALENTEJO
 - O projeto tem como objetivo central promover a internacionalização das Estações Náuticas do Alentejo (Moura, Reguengos de Monsaraz, Avis, Odemira e Sines), através do:
 - Estímulo a iniciativas coletivas inovadoras, através do desenvolvimento de processos colaborativos e partilha de conhecimento para a internacionalização;
 - Desenvolvimento de mecanismos inovadores na prospeção,

- conhecimento e acesso a novos mercados internacionais;
- Promoção internacional dos destinos turísticos associados às Estações Náuticas do Alentejo;
- Valorização e promoção internacional conjunta das estações náuticas do Alentejo, estimulando o aumento das exportações das empresas nelas integradas, via aumento das receitas turísticas internacionais.
- Este projeto é promovido pelo Sines Tecnopolo e ADRAL, com cofinanciamento pelos Fundos Europeu de desenvolvimento regional do programa ALENTEJO 2020 e início de trabalhos em setembro de 2020.
- Participação em feiras:
 - Ferie For Alle Danish Travel Show Dinamarca.
 - Southampton Boat Show Reino Unido.
 - Valência Boat Show Espanha.
- Ações Exploratórias:
 - Consulado de Portugal em Sevilha (Espanha).
 - Embaixada de Portugal em Londres (Reino Unido).
 - Embaixada de Portugal em Estocolmo (Suécia).
- NAUTICAL LEADERS 4.0 - FORMAÇÃO PARA O SUCESSO EMPRESARIAL TURÍSTICO
 - O Nautical Leaders 4.0 pretende abranger as entidades da Estação Náutica a nível da gestão e liderança, capacitando líderes de topo e técnicos superiores através de bootcamps, sessões de coaching, formação online em novas tecnologias e sessões de formação temáticas com especialistas na área da gestão e liderança.
 - Nautical Leaders 4.0 está direcionado para empresas náuticas com negócios no âmbito do crescimento azul e tem como principal objetivo a competitividade da economia azul através da formação no emprego para o desenvolvimento de competências empresariais e de gestão, preparando as empresas ligadas ao Turismo para um crescimento sustentável.
 - Este projeto visa incrementar a relação entre os vários players da comunidade náutica da região, potenciando a competitividade, colaboração e inovação no Alentejo Litoral.
 - O projeto foi apresentado no dia 14 de outubro de 2022, na 5ª edição da Feira do Mar, que se realizou no castelo de Sines.

- **FEIRA DO MAR**

- O Sines Tecnopolo com o apoio da Câmara Municipal de Sines realizou entre 11 e 14 de outubro a 5ª edição da Feira do Mar.
- Num formato distinto das anteriores, realizamos esta edição no Castelo de Sines, num local mítico, ideal para promover a colaboração dos mais diversos atores que trabalham a temática do Mar. Esta nova proposta esteve focada nas empresas, centros de investigação, organizações e entidades com atividades de relevância regional e nacional que tem por finalidade promover o desenvolvimento deste sector.
- Com um programa audaz, contamos com quatro grandes conferências em que participaram reconhecidos oradores em representação das mais diversas áreas da Economia Azul. Onde entidades públicas e autoridades de gestão, de ensino superior e formação, PMEs e representantes dos maiores investimentos privados da última década partilharam a sua visão e experiência.
- Para além das conferências, em paralelo realizou-se uma mostra empresarial profissional no espaço do terreiro do Castelo, durante os quatro dias do evento, projetos, serviços e produtos ligados à Economia Azul, tiveram a oportunidade de apresentar o seu projeto, produto, serviço ou evento de acordo com a temática do dia em questão.
- Foram também realizados encontros internacionais, nacionais e regionais, ações de formação e workshops, marcando o que de melhor se faz na atualidade no sector do Mar

- **START UP ZERO**

- O StartUp Zero é um projeto de inovação e empreendedorismo de âmbito nacional focado na transição para a economia circular que conjuga a aceleração de modelos de negócio circulares por design para a criação de valor de mercado com a capacitação dos consumidores partindo dos jovens a partir do 3º ciclo.
- O Plano de ação do “Startup Zero” contempla um conjunto de ações estabelecidas para a prossecução do objetivo estratégico e objetivos gerais acima referidos, tendo por base os eixos de intervenção, nomeadamente:
 - Atividade 1: ATÉGINA - Transição societal para a economia circular;
 - Atividade 2: STARTUP ZERO - Aceleradora para startups circulares;
 - Atividade 3: Dinamização dos ecossistemas da inovação e

- empreendedorismo;
 - Atividade 4: Comunicação e disseminação;
 - Atividade 5: Avaliação externa e monitorização.
- O StartUp Zero tem cofinanciamento do Fundo Social Europeu no âmbito do programa Compete 2020.
- Durante o ano realizou-se a atividade ATÉGINA: Transição para a economia circular, num conjunto de escolas pertencentes ao concelho de Sines e Santiago do Cacém. 6 Turmas e 111 alunos estiveram a desenvolver projetos na área da economia circular.
- Paralelamente realizou-se a atividade da Hackathon em São João da Madeira, uma atividade que permitiu a cerca de 40 alunos da Universidade de Aveiro, estabelecerem contato em diferentes áreas de qualificação com interesses comuns, conhecerem e partilharem ideias empreendedoras e aprofundarem conhecimentos em temas da economia circular e empreendedorismo de impacto.
- **EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE**
 - Cedência do Espaço Laboratorial para desenvolvimento de aulas práticas dos alunos de 12º ano do curso de Ciências e Tecnologias da Escola Secundária Poeta Al Berto.
 - Cedência dos Kits de Energias Renováveis concebidos para uma abordagem teórico-prática que permitem uma introdução abrangente aos princípios que estão por detrás das energias renováveis, proporcionando aos alunos uma observação real da produção de hidrogénio a partir de fontes de energia renovável, procurando otimizar a sua aplicação através de módulos de conservação de energia.
 - O Sines Tecnopolo disponibiliza estes Kits de ensino para a comunidade escolar deste 2019, destacando a importância do ensino sobre energias renováveis no desenvolvimento sustentável da região e a importância da criação de novas tecnologias que levem a um desenvolvimento económico com mais inovação e menor impacto ambiental.
- **CENTRO QUALIFICA**
 - Elaboração e envio de relatório de atividade de Centro Qualifica referente ao triénio 2020-2022.
 - Divulgação nas redes sociais do projeto Centro Qualifica.
 - Reuniões de trabalho com a equipa do Centro Qualifica.

- Criação de metodologias para a continuação do projeto à distância.
- Reforço da equipa formativa para processos de RVCC à distância e presencial.
- Participação dos elementos da equipa em formações e webinars relevantes para o bom funcionamento do Centro Qualifica.
- Participação no X Encontro Nacional de Formadores.
- Participação no Encontro Nacional de Centros Qualifica.
- Acompanhamento de candidatos:
 - N. de Inscrições – 208 Candidatos.
 - Nº de Encaminhamentos para Ofertas - 214 candidatos.
 - Nº de Encaminhamentos para Processos de RVCC - 39 candidatos.
 - N.º de candidatos em reconhecimento -35 candidatos.
 - N.º de candidatos transferidos - 4 candidatos.
 - N.º de candidatos suspensos - 4 candidatos.
 - N.º de desistências - 1 candidato.
 - Certificação de 17 candidatos no processo RVCC - Nível Secundário, com validação total.
- Realização de sessões de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento de diversos candidatos, de acordo com as suas necessidades formativas e/ou de qualificação.
- Continuação e início de novos processos de RVCC Escolar, de nível Básico e Secundário, e acompanhamento por parte dos Técnicos de Orientação, Reconhecimento e Validação de Competências.
- Encaminhamento de candidatos para as diversas ofertas formativas.
- Melhoramento dos procedimentos internos do Centro Qualifica.
- **FORMAÇÃO À MEDIDA**
 - Realização de 49 propostas de formação.
 - Adjudicação de 13 propostas de formação.
 - Participação de 9 empresas.
 - Segurança e Higiene no Trabalho
 - Realização de 96 horas formação.
 - 12 ações de formação.
 - Certificação de 97 formandos.
 - Volume de formação de 776 horas.
 - Línguas e literaturas estrangeiras
 - Realização de 19 horas de formação.

- 2 Ações de formação.
 - Certificação de 2 formandos.
 - Volume de formação 38 horas.
- **FORMAÇÃO E-LEARNING E B-LEARNING**
 - Segurança e Higiene no Trabalho
 - Realização de 2298 horas formação
 - 384 ações de formação
 - Certificação de 1109 formandos
 - Volume de formação de 6539 horas
 - Participação de 82 empresas.
 - Formação de Professores e Formadores de Áreas Tecnológicas
 - Realização de 180 horas de formação.
 - 2 ações de formação.
 - Certificação de 33 formandos.
 - Volume de formação 2970 horas.
- **FORMAÇÃO EM PARCERIA COM O FOR-MAR**
 - Curso de Marinheiro de 2ª Classe do Tráfego Local:
 - Realização de 382 horas de formação.
 - 2 Ações de formação.
- **FORMAÇÃO MODULAR CERTIFICADA PARA EMPREGADOS E DESEMPREGADOS**
 - Candidatura n.º POISE-01-3524-FSE-003305
 - Formação Modular para Empregados e Desempregados
 - Divulgação, planeamento e organização do projeto.
 - Desenvolvimento de 26 ações de formação.
 - Desenvolvimento de 656 Horas de Formação.
 - Certificação de 417 formandos.
 - Volume de formação 9555 horas.
- **FORMAÇÃO STANDARD**
 - Segurança e Higiene no Trabalho
 - Realização de 324 horas formação.
 - 69 ações de formação.
 - Certificação de 778 formandos.
 - Volume de formação de 1671 horas.
 - Saúde
 - Realização de 48 horas de formação.

- 6 ações de formação.
 - Certificação de 49 formandos.
 - Volume de formação 392 horas.
- INCUBAÇÃO & EMPREENDEDORISMO
 - 6 Novas Empresas Sediadas
 - 21 Entidades e Empresas Sediadas
 - 14 Saídas Incubação
- ACADEMIA DO MAR E DAS ENERGIAS
 - Cedência de Espaço Laboratorial e oferta de Kits de Energias Renováveis para desenvolvimento de aulas práticas dos alunos de 12º Ano do curso de Ciências e Tecnologias da Escola Secundária Poeta Al Berto.
 - CENFIM - Centro de Formação Profissional
- ENTRE NÓS – E8G
 - O projeto Entre Nós – E8G tem vindo a desenvolver junto dos participantes uma intervenção bastante satisfatória, onde as atividades previstas, na sua generalidade, têm sido realizadas e, através das mesmas, temos conseguido alcançar resultados positivos ao nível dos objetivos propostos, nomeadamente, no que concerne à promoção do sucesso escolar, ao desenvolvimento de competências na área das TIC, no desenvolvimento de competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas, bem como, no desenvolvimento de competências desportivas e/ou artísticas e/ou culturais, na promoção de hábitos de saúde e/ou vida saudáveis e na promoção de uma ativa participação cívica e/ou associativa e/ou comunitária.
 - Até 31 de dezembro de 2022, temos um total de 462 inscritos, sendo que 54 são participantes diretos, dos quais 23 são do sexo feminino e 31 do sexo masculino; e um total de 408 participantes indiretos, dos quais 384 são crianças ou jovens, 17 familiares e 7 outros. Dos 408 participantes indiretos 221 são do sexo feminino e 187 do sexo masculino. No que se refere a participantes das comunidades, obtivemos 34 participantes da comunidade cigana, 75 participantes migrantes ou descendentes de migrantes e 43 participantes afrodescendentes.
 - O Entre Nós – E8G, à semelhança da geração anterior continua a funcionar em dois espaços diferenciados, nomeadamente na sede do projeto – no cento da cidade de Sines e num espaço cedido por um dos parceiros de consórcio - Cooperativa de solidariedade social ESPIGA, no Bairro Municipal

da Floresta, onde reside a maioria da comunidade cigana de Sines.

- Segundo os dados gerados no presente relatório, a taxa final de execução do primeiro ano de intervenção de 2022 do projeto Entre Nós – E8G é de 95%, o que consideramos um valor bastante satisfatório.
- Consideramos que o projeto Entre Nós - E8G tem conseguido trabalhar por forma a atingir os objetivos propostos em candidatura, ao mesmo tempo que, nas atividades que realizamos vamos de encontro aos gostos, interesses e necessidades dos nossos participantes.
- Junto da comunidade cigana reconhecemos que deveria existir um trabalho mais efetivo, diário, mas dado que o espaço sito no Bairro Municipal da Floresta funciona apenas duas vezes por semana, o trabalho junto dos participantes desta comunidade torna-se menos célere do que o esperado. De qualquer modo e apesar desse obstáculo, a equipa técnica do projeto tem conseguido trabalhar junto da comunidade - essencialmente crianças e jovens, e temos alcançado os objetivos individuais com parte dos participantes, com a diminuição do absentismo escolar e a melhoria das notas escolares, através da nossa intervenção no bairro.
- O espaço CID em ambos os espaços de intervenção do projeto Entre Nós - E8G, tem uma enorme relevância para a aquisição de competências na área das TIC. As colaborações que temos efetivado com outras entidades como a Cooperativa de Solidariedade Social Litoral Alentejano Solidário, a Associação Desportiva + Inclusão, a Câmara Municipal de Sines e o Agrupamento de Escolas de Sines, tem-nos permitido chegar a um maior número de participantes, o que é uma mais valia para o projeto.
- O torneio de futsal do Clube Escolhas foi uma enorme mais valia em termos de atividade pois, envolveu os participantes de forma entusiástica e fomentou, claramente, a coesão grupal entre os nossos jovens e, também, com os jovens da Associação Cabo-verdiana de Sines que quiseram participar neste torneio.
- Enaltecemos a prorrogação da 8ª geração por um período de 6 meses, dado que consideramos de extrema importância dar continuidade no acompanhamento aos nossos participantes, principalmente, numa fase em que começamos a efetivar resultados de mudança mais consistentes com os mesmos e permitindo o acompanhamento, pelo menos, até ao final do ano letivo 2022/23.

- **PROGRAMA NAU**
 - O Programa Nau visa a capacitação de empreendedores e apoio na criação da sua empresa, tendo como base o incremento da cooperação e inovação na região (concelhos Sines e Santiago do Cacém) e é uma de várias iniciativas desenvolvidas pela EDP na região de Sines, em conjunto com entidades locais, no âmbito do 'Futuro Ativo Sines', numa estratégia que atua nas áreas da ação social, desenvolvimento, emprego e empreendedorismo, e atratividade pela cultura.
 - Ação 4: Serviços de apoio a empreendedores
 - Atividade 4.1 - Apoio técnico personalizado (serviços de consultoria).
 - Atividade 4.2 - Equipa de aconselhamento.
 - Ação 5: Acompanhamento dos empreendedores
 - Atividade 5.1 - Plano de monitorização com vista a implementação dos planos de negócio.
 - Atividade 5.2 - Serviço técnico de proximidade personalizado às empresas criadas, com o objetivo de apoiar áreas funcionais "centrais" das empresas criadas.
 - Ação 3: Capacitação dos empreendedores
 - Atividade 3.1 - Implementação do plano de formação dirigido aos promotores
 - As ações de formação contaram com 15 empreendedores.
- **SINES TECNOPOLO SOLIDÁRIO**
 - Em parceria com a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE foi realizada uma campanha de doação de Sangue nas instalações do Sines Tecnopolo.
 - Realizadas 3 campanhas de recolha alimentar, bens cedidos para distribuição pela Cooperativa Litoral Alentejano Solidário.
- **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – NACIONAIS E INTERNACIONAIS**
 - AWS – Amazon Web Services
 - O Sines Tecnopolo integra a rede de parceiros da AWS - Amazon Web Services, no sentido de fortalecer a transição digital e o aprofundamento dos modelos de negócio das start-ups/empresas instaladas no Sines Tecnopolo.
 - TecParques
 - Participação ativa na Associação.

- Escola Secundária Poeta Al Berto
 - Cedência do Espaço Laboratorial para desenvolvimento de aulas práticas dos alunos de 12º Ano do curso de Ciências e Tecnologias da Escola Secundária Poeta Al Berto.
 - Cedência dos Kits de Energias Renováveis.
- Grupo de Trabalho – Orientação Profissional Jovens
 - Discussão dos efeitos da pandemia covid-19 na sociedade.
 - Partilha de experiências ao nível da formação profissional e orientação de Jovens.
 - Planeamento da InForma 2021: Discussão sobre novos moldes, apresentação de ideias e organização da Mostra.
- COMSINES - CONSELHO DAS COMUNIDADES DE SINES
 - Grupo de Trabalho de Património e Cultura
 - Realizado inventário do património industrial de Sines.
 - Elaboração das fichas de 'Sítio'.
 - Realização de base de dados de descrição do património arquivístico e museológico.
 - Assinatura de protocolo com a Direção Geral do Património Cultural (DGPC).
 - Execução do inventário dos bens imóveis por uma equipa de especialistas em património industrial.
 - Lançamento do folheto "Conhecer para Proteger: Património Industrial de Sines".
 - Visita técnica ao Forte de Sacavém.
 - Realização/conceção de um baralho e atividades com o baralho dirigida aos alunos do 4.º ano do Agrupamento de Escolas de Sines.
 - "Património Sustentável: o Múltiplo Património de Sines", colóquio realizado no âmbito das Jornadas Europeias do Património com a Câmara Municipal de Sines.
 - Grupo de Trabalho de Prevenção e Segurança
 - Participação nas reuniões do grupo de trabalho.
 - Passaporte de Segurança: O Sines Tecnopolo está a trabalhar em conjunto com as empresas sediadas na plataforma industrial de Sines, para o desenvolvimento de um programa de formação comum. Este programa tem como objetivo a uniformização das regras de

Segurança.

- Elaboração do Plano de Atividades do Grupo de Trabalho.
- Grupo de Trabalho de Comunicação
 - Participação nas reuniões do grupo de trabalho.
 - Gestão de conteúdos do website do COMSINES.
 - Produção de vídeo institucional.
- EVENTOS
 - Ferie for Alle - Estações Náuticas do Alentejo - 25 a 27 de fevereiro | Dinamarca
 - Presença na embaixada de Portugal em Estocolmo (Suécia) - Estações Náuticas do Alentejo - 22 de março | Estocolmo - Suécia
 - Apresentação do estudo de caracterização do setor da água e recursos hídricos no Alentejo 29 de março | Beja | Organização: Sines Tecnopolo e ADRAL
 - Presença no consulado de Portugal em Sevilha (Espanha) - Estações Náuticas do Alentejo - 8 de junho | Sevilha - Espanha
 - Conferência dos Oceanos das Nações Unidas - 27 de junho a 1 de julho | Parque das Nações - Lisboa
 - Apresentação dos resultados finais do projeto Alentejo Azul - 8 de setembro | Observatório do Lago Alqueva - Monsaraz | Organização: Sines Tecnopolo e ADRAL
 - Southampton International Boat Show - Estações Náuticas do Alentejo - 16 a 25 de setembro | Reino Unido
 - Feira do Mar - 11 a 14 de outubro | Castelo de Sines | Organização: Sines Tecnopolo e Câmara Municipal de Sines
 - Valência Boat Show - Estações Náuticas do Alentejo - 28 de outubro a 1 de novembro | Valência
 - Presença na embaixada de Portugal em Londres (Reino Unido) - Estações Náuticas do Alentejo - 4 de novembro | Londres - Reino Unido
 - InnovAzul - II Encontro Internacional de Conhecimento e Economia Azul - 29 de novembro a 2 de dezembro | Palácio de Congressos de Cádiz
 - Sessão de Encerramento do Projeto Internacionalizar+ Estações Náuticas do Alentejo - 21 de dezembro | Centro de Artes de Sines | Organização: Sines Tecnopolo e ADRAL

ASSOCIAÇÃO PRÓ ARTES DE SINES

ANÁLISE FINANCEIRA



TABELA 2 - DADOS FINANCEIROS - PRÓ ARTES

(unidade: €)

Dados anuais	2022	2021	Variação	
			(€)	(%)
Capital Social	138.943	138.943	0	0,00%
Total do ativo	207.315	255.505	-48.190	-18,86%
Capital próprio	-220.118	-280.342	60.224	21,48%
Resultado líquido do período	60.224	70.311	-10.087	-14,35%
Passivo total	427.433	535.276	-107.843	-20,15%
Passivo não corrente	50.000	40.000	10.000	25,00%
Financiamentos obtidos	50.000	40.000	10.000	25,00%
Passivo corrente	377.433	495.276	-117.843	-23,79%
Financiamentos obtidos	0	0	0	
Fornecedores/Outros credores CP	232.833	267.156	-34.323	-12,85%
Acréscimos e diferimentos	144.600	228.120	-83.520	-36,61%
Total de rendimentos e ganhos	647.707	670.542	-22.834	-3,41%
Volume de negócios	647.416	662.751	-15.335	-2,31%
Prestação de Serviços	32.539	111.511	-78.972	-70,82%
Subsídios à exploração	614.878	551.240	63.638	11,54%
Total de gastos e perdas	587.483	600.231	-12.747	-2,12%
EBITDA	64.416	90.853	-26.437	-29,10%
Gastos com o pessoal	527.923	470.658	57.265	12,17%
Nº empregados	31	31	0	0,00%

A Associação Pró Artes de Sines apresenta um valor de ativo de 207 mil euros, um passivo de 427 mil euros e um capital próprio de - 220 mil euros.

No ano de 2022 apresentou um resultado líquido do período de 60 mil euros, o que representa um decréscimo de 14% face a 2021.

O ativo da associação decresceu 48 mil euros (-19%) e o passivo decresceu 108 mil euros (-20%).

SINTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A Associação Pró Artes de Sines é uma associação de direito privado, dotada de personalidade jurídica e sem fins lucrativos. Com sede na Avenida General Humberto Delgado, Antiga Estação dos Caminhos-de-ferro, 7520-105 Sines, foi constituída, por escritura pública de 30 de setembro de 2008.

A Associação tem como objetivo principal o ensino especializado, aprendizagem, promoção e divulgação da música, da dança e demais atividades artísticas e da rede do ensino particular e cooperativo, através da implementação, concretização de cursos de iniciação, cursos básicos e secundários, em regime articulado e supletivo, bem como em regime livre, nas respetivas áreas do ensino artístico.

Tem ainda como objeto social o desenvolvimento de ações necessárias ao sistema educativo e pedagógico, promoção da integração socioprofissional dos educandos, formação técnica e/ou profissional, bem como, a promoção da educação artística e cultural em regimes/cursos livres.

Através dos protocolos de colaboração com os agrupamentos escolares de Sines, Santiago do Cacém, Colos e Odemira, a Escola das Artes do Alentejo Litoral garante o ensino artístico especializado da música em várias das suas escolas, confirmando-se como um projeto de âmbito sub-regional. A Escola é o único conservatório do Alentejo Litoral, contando já com um corpo docente estável, qualificado e experiente, promovendo e incentivando a celebração de protocolos com outras instituições e agentes culturais e educativos.

O Serviço de Música da Escola das Artes do Alentejo Litoral, preenche um espaço cultural e educativo na cidade de Sines e na região do Alentejo ao oferecer a possibilidade da aprendizagem especializada da música nas áreas dos estudos eruditos, conferindo certificados, reconhecidos através de diploma do estabelecimento de ensino Escola das Artes do Alentejo Litoral.

Dada a atual conjuntura de financiamento, o crescimento previsto para as vias de ensino de dupla certificação ficou condicionado pelos respetivos contratos de patrocínio. Pelo mesmo motivo condicionaram-se também os cursos em regime livre.

A estratégia de desenvolvimento dos vários programas e operações, integrada na gestão estratégica da Associação Pro Artes de Sines, em articulação com a política educativa e cultural local e nacional, corresponde à organização dos meios e instrumentos disponíveis, e à concertação com parceiros estratégicos de modo a que se atinjam os objetivos gerais.

Nas últimas décadas, Portugal desenvolveu-se no quadro do sistema educativo e dos equipamentos culturais. As transformações na educação e na cultura têm refletido uma estratégia de inclusão e alargamento da população escolar nos diversos níveis de ensino, generalizando o acesso à educação e à criação artística. Encontra-se hoje, nas escolas, nas associações locais, nos espaços de cultura, autarquias e organizações não governamentais, a presença de programas estruturados e, sobretudo, de projetos que revelam um crescimento da consciência da importância das artes no desenvolvimento humano, quer enquanto objeto de aprendizagem, quer enquanto instrumento potenciador de outras aprendizagens.

Considerando a qualidade das situações de aprendizagem como indissociável das situações de organização e funcionamento, a entidade gestora procura garantir equipamentos de qualidade adequados ao funcionamento das atividades artísticas, procurando igualmente garantir a máxima qualidade ao nível dos recursos humanos.

A Associação atua em contexto educativo como em contexto cultural, potenciando a qualificação e o desenvolvimento artístico e humano do cidadão. É um agente importante na dinamização cultural da costa alentejana com reflexos muito positivos seja na economia local seja no âmbito do desenvolvimento do capital humano.

Consideramos as artes indispensáveis ao desenvolvimento global do ser humano, promovendo-as ao longo da vida, acompanhando os vários percursos de crianças e adultos, numa perspetiva intergeracional, contribuindo para a construção da sua identidade pessoal e social, assimilando o valor e o respeito pela música e estilos musicais diversos, promovendo o entendimento das tradições de outras culturas.

A intervenção formativa e cultural da APAS/ EAAL distribuiu-se, em 2019, por áreas (educação e cultura) onde se cruzam as autarquias, os agrupamentos de escolas, os ministérios e valências locais:

- Atividades financiadas pelo Ministério da Educação;
- Atividades financiadas pela Câmara Municipal de Sines;
- Atividades financiadas pela Câmara Municipal de Odemira;
- Atividades autónomas enquanto agente educativo e cultural;

No ano transato, tanto as atividades financiadas pela Câmara Municipal de Sines, pela Câmara Municipal de Odemira, como as financiadas pelo Ministério da Educação, e, como as atividades autónomas da própria associação revestiram-se de um carácter diferenciado, abrangendo diferentes projetos.

As atividades do ano de 2022 evidenciam no seu resultado o que foi possível realizar tendo em consideração o estarmos a recuperar da situação pandémica onde nos encontramos desde 2020. Ainda com alguma precaução na quantidade de atividades. Os objetivos propostos para um projeto integrado de educação, cultura, desenvolvimento económico e social, no sentido da valorização da cidade de Sines e do Alentejo Litoral como espaço vivido de pensamento e ação, de preservação do património e transformação da paisagem cultural, potenciadora de novas capacidades humanas e valorizadora do que já faz a diferença na região ficaram um pouco aquém do que é normalmente a nossa atividade.

A Escola proporciona não só saídas profissionais e de certificação, permitindo escolhas mais livres de projetos de vida, mas contribui para um tecido social em que a arte, a música e a cultura em todas as suas dimensões são assumidas como parte integrante e fundamental do desenvolvimento de todos e de cada um.

Desta forma consideramos que no ano 2022:

- Foram cumpridos com êxito os objetivos do Protocolo entre a APAS a Câmara Municipal de Sines, entre a APAS e o Ministério da Educação;
- Garantiu-se a continuidade dos projetos estruturais;
- Deu-se seguimento ao projeto de “Escola Regional”;
- Contribuiu-se para um melhoramento da performance cultural do concelho, com o objetivo de:
 - Contribuir para a produção de conhecimento;
 - Fomentar a responsabilidade social;
 - Sensibilizar para as vias profissionais e de formação no sector cultural e artístico;
- Para a prossecução da nossa missão e para a concretização deste Plano de Atividades, considerámos fundamental uma gestão de recursos humanos assente na lógica de:
 - Reforço de competências nas Estruturas Intermédias da Escola.
 - Ajustar o perfil dos recursos humanos às necessidades e exigências da missão;
 - Desenvolver, reorganizar e/ ou automatizar processos de gestão e de

comunicação interna e externa, com o reforço da utilização das tecnologias de informação e comunicação;

Para finalizar e tendo em conta que a integração desta entidade no âmbito local, e também regional, é um facto assumido e em crescimento, consideramos que os objectivos contratualizados e programados para 2022 foram atingidos, pois o plano para 2022 englobava uma série de atividades que iriam ser realizadas via online, e conseguimos, a partir do 3º período realizar atividades presenciais. Encontramo-nos na expectativa de podermos voltar às nossas atividades regulares e de podermos expandir as mesmas a partir de setembro de 2023.

Como síntese dos vários projetos da associação, e atuando de forma complementar e sinérgica entre eles, realça-se o trabalho desenvolvido nas Orquestras do Alentejo Litoral.

As Orquestras partem de um universo de cinco núcleos de desenvolvimento, Escola Básica Vasco da Gama, Escola Básica Damião de Odemira, Escola Básica Aviador Brito Paes, Escola Básica Frei André da Veiga, antigos alunos, e dos utilizadores das oficinas da Escola das Artes do Alentejo Litoral. Tendo no ano letivo 2021/2022 iniciado o ensino articulado no Colégio Nossa Senhora da Graça – Milfontes, podemos afirmar que já temos alunos do 6º ano a frequentar as nossas orquestras. Com jovens e adultos das várias localidades desta região, estimulam a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões, promovendo uma maior circulação de obras e bens culturais de qualidade, assegurando a defesa e a promoção da cultura portuguesa. Em movimento estão a Orquestra Sinfónica (Locomotiva), Orquestra de Sopros, Orquestra de Cordas A e B, Orquestra de Violoncelos e Orquestra de Guitarras (Comboio Ascendente) constituindo-se como projetos de intervenção sociocultural significando um maior capital social e cultural.

Tendo em consideração que nos anos de pandemia os inscritos eram limitados, até por termos suspensos os ensaios, podemos dizer que as orquestra, principalmente desde setembro de 2022, têm crescido. Iremos agora apresentar os dados na informação desde 1 de setembro de 2022. As Orquestras do Alentejo Litoral junta um total de 60 alunos.

- Locomotiva – Orquestra Sinfónica do Alentejo Litoral
 - A Orquestra Locomotiva é um vulcão em erupção. Porque esta Locomotiva é toda a Escola em movimento: é a grande orquestra que reúne jovens de todas as idades e de todas as extensões da Escola das Artes desde o seu início em 2010. Toca calorosamente a música dos grandes clássicos, mas também composições originais de compositores portugueses, especialmente concebidas para esta orquestra. A força da Locomotiva resulta do estudo, da

energia e do empenho de professores e alunos de Sines, Santiago do Cacém, Aldeia de Santo André, Boavista dos Pinheiros, Longueira – Almogrove, Odemira, São Luís, São Teotónio, Colos e Relíquias. É o litoral alentejano unido numa orquestra sinfónica de formação original, integrando todos os instrumentos disponíveis na escola. Pouca-terra, pouca- terra... e muito mar!

- Orquestra de Sopros do Alentejo Litoral
 - O grupos que geralmente integram este tipo de instrumentos são geralmente associados às bandas filarmónicas ou às chamadas big-band no jazz. Mais perto daquilo que por vezes se classifica como concert band, a Orquestra de Sopros pratica um repertório apelativo e comunicativo, baseado em arranjos de músicas pop/rock, bandas sonoras ou temas de jazz. A Orquestra reúne músicos de todas as extensões da Escola das Artes do Alentejo Litoral. Para além de todos os sopros (madeiras e metais), esta contagiante orquestra também conta com a participação de percussões.
- Orquestra de Cordas do Alentejo Litoral
 - Esta orquestra é uma das principais formações de conjunto da Escola, com alunos de violino, viola, violoncelo e contrabaixo de toda a região. Esta Orquestra de Cordas é uma experiência única que tem dado bons frutos, como se pode ver e ouvir nos concertos onde se percorre séculos de história através da música. Porque a orquestra mudou com os tempos e foi desenvolvendo novas capacidades de expressão, do século XVII ao século XXI. O que se propõe é, portanto, uma viagem musical vibrante com as cordas. E esta orquestra – a primeira com estas características na região - também está a ajudar a mudar o litoral alentejano.
 - Para que os alunos possam ir sendo introduzidos na Orquestra Sinfónica, e de forma a incorporar os alunos mais jovens, foi criada em 2016 a Orquestra de Cordas B.
- Orquestra de Violoncelos do Alentejo Litoral
 - Uma das orquestras da Escola das Artes é inteiramente composta de violoncelos. Foi criada de início com a ideia de ligar os alunos de violoncelo de várias regiões do litoral alentejano, permitindo-lhes aperfeiçoar em conjunto a sua técnica instrumental e alargar as suas capacidades musicais. Entretanto, tornou-se uma das experiências mais ricas de trabalho num ensemble de um só instrumento. A Orquestra de Violoncelos toca um repertório muito vasto feito de arranjos especiais para esta formação que

tem tido um grande desenvolvimento nos últimos anos.

- Ensemble de Guitarras do Alentejo Litoral - Comboio Ascendente
 - Guitarras portuguesas e guitarras clássicas são a base deste ensemble, mas pode haver surpresas se os violoncelos se juntarem. Este Comboio Ascendente, posto em marcha pelo professor Miguel Pyrrait, às vezes levanta voo e migra para melodias e harmonias de outras paragens. Alunos do ensino articulado de diferentes concelhos e várias extensões da Escola das Artes juntam a guitarra clássica e a guitarra portuguesa num grupo que percorre sons de perto e de longe, confundindo as tradicionais divisões entre as músicas: É clássico? É popular? A Orquestra explora a dimensão orquestral que estes instrumentos em parceria e multiplicados podem oferecer. Ao mesmo tempo, aposta num trabalho de divulgação e incentivo do estudo da guitarra portuguesa, integrando-a num formato e num repertório pouco habituais, atravessando fronteiras... e até as musicais..
- Ensino Articulado
 - Integrados em turmas específicas, os alunos têm a formação vocacional numa escola de música e a formação geral numa escola de ensino regular. A articulação entre as duas escolas prevê a construção conjunta de horários, a inclusão dos professores dos dois estabelecimentos no conselho de turma e o lançamento das classificações dos alunos na mesma pauta.
 - O ensino no 2º e 3º ciclo desdobra-se em três áreas de formação:
 - Formação Geral – inclui as disciplinas comuns;
 - Formação vocacional – desenvolve os conhecimentos específicos na área da música;
 - Áreas curriculares não disciplinares – Abrangem a Formação Cívica;
 - Nesta modalidade de ensino os alunos beneficiam da redução de horário na componente de formação geral.
- Ensino Supletivo
 - Os alunos frequentam as disciplinas do ensino artístico especializado numa escola de Música, seguindo os currículos dos cursos do ensino básico, num estabelecimento do ensino regular. Não havendo articulação entre as duas escolas, os estudantes não beneficiam da redução de horário na componente de formação geral, nem da articulação na construção de horários. Neste caso, o desfazamento entre o ano de escolaridade e o grau de música frequentados não pode ser superior a dois.

- Em Setembro de 2017, inicia-se o ensino secundário, com os alunos que frequentavam o 5º grau do ensino Supletivo.
- O Secundário é lecionado em regime de supletivo.
- **Cursos de Iniciação**
 - A formação começa com as iniciações, que podem integrar as componentes de Formação Musical, Classe de Conjunto e Instrumento.
 - Destinado aos alunos que frequentam o 1º Ciclo de escolaridade obrigatória, o curso de iniciação conta já com um plano de estudos composto por disciplinas teóricas e práticas, a solo e em conjunto. Trata-se de uma primeira aproximação à música onde o aluno deve já optar pela escolha do seu instrumento.
 - A componente artística envolvendo as disciplinas de Formação Musical, Instrumento e Classe de Conjunto, será lecionada na componente do currículo referente às áreas curriculares disciplinares de frequência obrigatória, especificamente na área das expressões e no domínio da educação musical, por um docente especializado do ensino artístico da música.
 - De acordo com os objetivos gerais do ensino básico, trata-se de uma formação que abrange todos os indivíduos, na medida em que não estabelece vias diferenciadas, considerando que todos têm um potencial musical que se pode desenvolver, detetando e estimulando, paralelamente, aptidões nesses domínios.
- **Regime Livre**
 - O regime de frequência livre da Escola das Artes aparece pela primeira vez em 25 de Abril de 2008, quando, ainda como uma escola municipal, a população em geral passa a ter acesso ao ensino especializado da música, erudita e popular, a um custo bastante acessível para os seus utilizadores. Com a candidatura ao Programa Operacional Regional Alentejo – Coesão Local e Urbana promovida pela Câmara Municipal de Sines, e com a operação “Sensibilização para as Artes” permitiu-se que durante cerca de três anos pessoas de todas as idades pudessem usufruir de uma série de oficinas com os mais variados conteúdos de forma gratuita. Com o final desse programa (Julho, 2014) manteve-se a operação, centrada nas oficinas de instrumento, ensembles, e na musicoterapia.
- **Oficinas de Sensibilização para as Artes**

- A operação “Sensibilização para as Artes”, enquadra-se na família das artes do espetáculo e integra-se na área da educação e cultura. Trata-se de uma operação de dinamização sociocultural que visa a criação de condições para a generalização do acesso da população a componentes do saber-fazer prático ou processual e assegurar o acesso dos cidadãos a meios e instrumentos de ação cultural, estimular a criação individual e coletiva, promover e salvaguardar a valorização do património cultural, a criatividade, a imaginação e a capacidade de adaptação inerentes à educação artística.
- Foi criada a disciplina “Lê-me uma partitura” que é para todos os pais e EE dos alunos da EAAL, bem como qualquer adulto, que queira aprender as bases da Formação Musical e de Coro. Tendo em consideração a pandemia, optámos por não aceitar inscrições para o ano letivo 2020/2021.
- Na Musicoterapia optámos por manter apenas as clínicas, também devido à pandemia.

ANÁLISE PATRIMONIAL

ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO – ATIVO

TABELA 3 - BALANÇO CONSOLIDADO – ATIVO

RUBRICAS	2022	2021	Δ 2022/2021 %	Δ 2022/2021 €
Ativo não corrente	168.457.364	165.310.142	1,90%	3.147.223
Ativos fixos tangíveis	150.261.682	145.914.327	2,98%	4.347.355
Propriedades de investimento	17.486.547	17.395.271	0,52%	91.276
Ativos intangíveis	230.470	714.440	-67,74%	-483.970
Investimentos Participações financeiras	462.229	1.270.944	-63,63%	-808.714
Outros ativos financeiros	16.436	15.161	8,41%	1.275
Ativo corrente	11.056.991	9.690.390	14,10%	1.366.601
Inventários	149.610	202.832	-26,24%	-53.222
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1.867.316	1.703.419	9,62%	163.897
Clientes, contribuintes e utentes	617.169	920.919	-32,98%	-303.750
Estado e outros entes públicos	429.313	273.911	56,73%	155.402
Acionistas/sócios/associados	5.083	5.083	0,00%	0
Outras contas a receber	3.686.627	4.004.172	-7,93%	-317.544
Diferimentos	11.736	12.394	-5,31%	-658
Outros ativos financeiros	104	104	0,00%	0
Caixa e depósitos	4.290.033	2.567.557	67,09%	1.722.476
Total do ativo	179.514.356	175.000.532	2,58%	4.513.824

O ativo total do grupo municipal em 2022 era de 180 milhões de euros, registando um aumento de 4,5 milhões de euros (3%) face a 2021.

O valor ativo não corrente de 168 milhões de euros, apresenta um crescimento de 3,1 milhões de euros (2%), enquanto que no ativo corrente verifica-se um incremento de 1,4 milhões de euros (14%).

ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO – PATRIMÓNIO LÍQUIDO

TABELA 4 - BALANÇO CONSOLIDADO – PATRIMÓNIO LÍQUIDO

RUBRICAS	2022	2021	Δ 2022/2021 %	Δ 2022/2021 €
Património/Capital	31.142.330	30.877.689	0,86%	264.641
Reservas	38.778.674	39.360.354	-1,48%	-581.680
Resultados transitados	51.272.118	43.497.732	17,87%	7.774.386
Ajustamentos em ativos financeiros	106.372	107.840	-1,36%	-1.468
Excedentes de revalorização	1.008.217	1.052.620	-4,22%	-44.403
Outras variações no património líquido	29.791.470	28.771.448	3,55%	1.020.023
Resultado líquido do período	3.000.831	7.745.960	-61,26%	-4.745.129
Interesses que não controlam	370.858	268.033	38,36%	102.825
Total do Património Líquido	155.470.870	151.681.676	2,50%	3.789.194

Os fundos próprios consolidados no final do exercício de 2022 ascendiam a 155 milhões de euros. Este valor representa um crescimento de 3,8 milhões de euros comparativamente ao período homólogo, e advém da incorporação dos resultados transitados, do reconhecimento de excedentes de revalorização e da especialização dos subsídios ao investimento resultantes de candidaturas a fundos comunitários.

ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO – PASSIVO

TABELA 5 - BALANÇO CONSOLIDADO - PASSIVO

RUBRICAS	2022	2021	Δ 2022/2021 %	Δ 2022/2021 €
Passivo não corrente	11.400.353	12.521.481	-8,95%	-1.121.128
Provisões	2.673.960	2.573.471	3,90%	100.489
Financiamentos obtidos	7.828.270	9.231.459	-15,20%	-1.403.188
Outras contas a pagar	898.123	716.552	25,34%	181.571
Passivo corrente	12.643.132	10.797.374	17,09%	1.845.758
Credores por transf. e subsídios não reembolsáveis concedidos	32.029	40.689	-21,28%	-8.659
Fornecedores	756.560	925.427	-18,25%	-168.867
Estado e outros entes públicos	308.818	305.246	1,17%	3.573
Financiamentos obtidos	1.528.812	1.573.196	-2,82%	-44.384
Fornecedores de investimentos	126.664	421.046	-69,92%	-294.381
Outras contas a pagar	1.889.513	1.947.297	-2,97%	-57.784
Diferimentos	8.000.735	5.584.474	43,27%	2.416.261
Total do Passivo	24.043.485	23.318.855	3,11%	724.630

O passivo total do grupo municipal apresenta um aumento de 725 mil euros (3%), cifrando-se em 24 milhões de euros. De salientar a redução do valor dos financiamentos obtidos (-18%) e o crescimento dos diferimentos (43%). Ressalva-se que o valor dos diferimentos referem-se às participações de projetos candidatados a fundos comunitários que ainda se encontram em execução.

ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – GASTOS

Os gastos totais aumentaram 15% face ao período homólogo, o que significa um acréscimo nominal de 3,5 milhões de euros. Os fornecimentos e serviços externos aumentaram 1,7 milhões de euros (31%), os gastos com pessoal 723 mil euros (7%), o custo das mercadorias e matérias consumidas 434 mil euros (68%) e os gastos com depreciações e amortizações 404 mil euros (10%).

TABELA 6 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - GASTOS

RUBRICAS	2022	2021	Δ 2022/2021 %	Δ 2022/2021 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.073.467,41	638.976,92	68,00%	434.490
Fornecimentos e serviços externos	7.419.380,12	5.678.534,99	30,66%	1.740.845
Gastos com pessoal	11.138.470,71	10.415.063,08	6,95%	723.408
Transferências e subsídios concedidos	2.148.483,71	2.211.407,84	-2,85%	-62.924
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	52.607,42	-10.410,03	605,35%	63.017
Provisões (aumentos)	189.812,46			189.812
Outros gastos e perdas	456.520,69	430.519,38	6,04%	26.001
Gastos/reversões de depreciação e amortização	4.305.253,97	3.901.101,81	10,36%	404.152
Juros e gastos similares suportados	114.394,81	126.561,70	-9,61%	-12.167
Total dos Gastos	26.898.391	23.391.756	14,99%	3.506.636

ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – RENDIMENTOS

Os rendimentos diminuíram 1,2 milhões de euros (-4%), derivado essencialmente à redução dos proveitos com as vendas (-39%), da redução das provisões (-97%) e dos outros rendimentos e ganhos (-50%). Por sua vez, verifica-se um crescimento de 78% do valor de impostos, contribuições e taxas e de 76% da prestação de serviços.

TABELA 7 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – RENDIMENTOS

RUBRICAS	2022	2021	Δ 2022/2021 %	Δ 2022/2021 €
Impostos, contribuições e taxas	13.290.342,33	7.487.366,47	77,50%	5.802.976
Vendas	2.190.124,22	3.619.718,91	-39,49%	-1.429.595
Prestações de serviços e concessões	3.215.445,55	1.829.628,11	75,74%	1.385.817
Transferências e subsídios correntes obtidos	7.526.886,12	7.083.609,16	6,26%	443.277
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas	18.759,30	55,26	33847,34%	18.704
Imparidade de inventários e ativos biológicos	-9.911,79	52.571,28	-118,85%	-62.483
Provisões (reduções)	103.730,62	4.025.693,75	-97,42%	-3.921.963
Outros rendimentos e ganhos	3.535.643,04	7.020.754,57	-49,64%	-3.485.112
Juros e rendimentos similares obtidos	28.202,42	18.318,13	53,96%	9.884
Total dos Rendimentos	29.899.222	31.137.716	-3,98%	-1.238.494

ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – RESULTADOS

Os resultados líquidos do período cifraram-se em 3 milhões de euros, o que significa uma diminuição de 4,8 milhões de euros (-61%) face a 2021.

TABELA 8 - RESULTADOS

RUBRICAS	2022	2021	Δ 2022/2021 %	Δ 2022/2021 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	7.412.325	11.755.305	-36,94%	-4.342.981
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	3.107.071	7.854.204	-60,44%	-4.747.133
Resultado líquido do período consolidado	3.000.831	7.745.960	-61,26%	-4.745.129
Resultado líquido do período atribuível à entidade-mãe	2.979.861	7.730.278	-61,45%	-4.750.417
Interesses que não controlam	20.969	15.682	33,72%	5.288

ENDIVIDAMENTO DO GRUPO MUNICIPAL

TABELA 9 - ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO - 2022

		2022	2021	Δ 2021/2020
Curto Prazo	Fornecedores c/c	756.559,82	925.426,50	-168.866,68
	Fornecedores Imobilizado	126.664,49	421.045,50	-294.381,01
	Credores de autarquias locais	32.029,26	40.688,72	-8.659,46
	Credores diversos	705.255,39	725.170,62	-19.915,23
	Empréstimos exigíveis no cp	1.528.812,12	1.573.195,85	-44.383,73
	Total	3.149.321,08	3.685.527,19	-536.206,11
M/L Prazo	Empréstimos	7.828.270,30	9.231.458,64	-1.403.188,34
	Total	7.828.270,30	9.231.458,64	-1.403.188,34
Total Geral		10.977.591,38	12.916.985,83	-1.939.394,45

O grupo municipal apresenta um endividamento consolidado de 11 milhões de euros. Este montante compara com os 12,9 milhões de euros registados em 2021, o que revela uma diminuição de 1,9 milhões de euros.

Todas as entidades apresentam uma diminuição do seu endividamento. Em termos relativos, o Município contribui para o endividamento global com 80%, o Sines Tecnopolo com 18% e a Pró-Artes com 2%.

TABELA 10 - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

	2022	2021	Δ 2021/2020
Município de Sines	8.759.502,05	10.525.446,96	-1.765.944,91
Sines Tecnopolo	1.945.617,84	2.094.775,85	-149.158,01
Pró Artes	282.832,91	307.155,94	-24.323,03
Operações intra-grupo	-10.361,42	-10.392,92	31,50
Total	10.977.591,38	12.916.985,83	-1.939.394,45

INDICADORES DE GESTÃO

O cálculo de rácios económicos é a técnica mais utilizada pela análise financeira, e consiste em estabelecer relações, ou rácios, entre contas e agrupamentos de contas do balanço e da demonstração de resultados. Estas relações são um instrumento de apoio para avaliar o desempenho económico e financeiro das entidades. Desta forma, foram calculados diversos rácios, dos quais se destacam:

TABELA 11 - INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Dimensão	Indicador	Forma de cálculo	2022	2021
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP)	87,45%	89,75%
	Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventários)/Passivo Corrente	86,27%	87,87%
	Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	33,93%	23,78%
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	16,62%	60,71%
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	1,93%	5,11%
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	1,73%	4,49%
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	86,61%	86,67%
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	646,62%	650,47%
	Endividamento	Passivo/Ativo	13,39%	13,33%

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, e por aplicação do método de consolidação integral, cada entidade contribui com os valores que constam nas suas demonstrações financeiras individuais.

Naturalmente, o Município de Sines é o que maior peso relativo tem nos dados consolidados.

Relativamente ao ativo, o Município de Sines contribui com 97%, o Sines Tecnopolo com 3% e a contribuição da Pró Artes é meramente residual.

No que se refere ao passivo, a entidade consolidante representa 90% do total, o Sines Tecnopolo 8% e a Pró Artes 2%.

Quanto ao endividamento, e apesar do município contribuir com 90% no total do passivo, só contribui com 80% para esta rubrica, enquanto que o Sines Tecnopolo contribui com 18% e a Pró Artes com 2%.

Na estrutura de rendimentos, o Município de Sines representa 94%, o Sines Tecnopolo com 4% e a Pró Artes com 2%.

TABELA 12 - COMPARTICIPAÇÃO DE CADA ENTIDADE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Município de Sines	Sines Tecnopolo	Pró Artes
Ativo	97,43%	2,46%	0,11%
Passivo	90,22%	8,02%	1,76%
Endividamento	79,72%	17,71%	2,57%
Total de Rendimentos	94,13%	3,73%	2,14%
Total de Gastos	94,15%	3,68%	2,17%
Gastos com o pessoal	92,21%	3,05%	4,74%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO CONSOLIDADO

Município de Sines

Balanço consolidado

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	150.261.682,12	145.914.326,91
Propriedades de investimento	8	17.486.546,99	17.395.270,68
Ativos intangíveis	3	230.470,14	714.439,68
Ativos biológicos			
Investimentos Participações financeiras	18	462.229,41	1.270.943,54
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros		16.435,63	15.160,80
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		168.457.364,29	165.310.141,61
Ativo corrente			
Inventários	9/10	149.610,43	202.832,09
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1	1.867.316,35	1.703.419,09
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	9/18	617.169,24	920.919,14
Estado e outros entes públicos	18	429.312,81	273.910,90
Acionistas/sócios/associados		5.083,00	5.083,00
Outras contas a receber	18.1	3.686.627,13	4.004.171,57
Diferimentos	18.1	11.736,25	12.394,07
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros	18.1	103,50	103,50
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1.3	4.290.032,53	2.567.556,58
		11.056.991,24	9.690.389,94
Total do ativo		179.514.355,53	175.000.531,55
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		31.142.330,36	30.877.689,05
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		38.778.674,33	39.360.354,33
Resultados transitados		51.272.117,95	43.497.731,51
Ajustamentos em ativos financeiros		106.371,92	107.840,35
Excedentes de revalorização		1.008.216,77	1.052.620,10
Outras variações no património líquido		29.791.470,49	28.771.447,87
Resultado líquido do período		3.000.830,51	7.745.959,95
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam		370.857,79	268.033,10
Total do Património Líquido		155.470.870,12	151.681.676,26

Município de Sines

Balanço consolidado

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	2.673.960,01	2.573.471,05
Financiamentos obtidos	7/18	7.828.270,30	9.231.458,64
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	18.2	898.122,92	716.551,71
		11.400.353,23	12.521.481,40
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18.2	32.029,26	40.688,72
Fornecedores	18.2	756.559,82	925.426,50
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18.2	308.818,47	305.245,90
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7/18	1.528.812,12	1.573.195,85
Fornecedores de investimentos	18.2	126.664,49	421.045,50
Outras contas a pagar	18.2	1.889.512,93	1.947.297,36
Diferimentos	18.2	8.000.735,09	5.584.474,06
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		12.643.132,18	10.797.373,89
Total do Passivo		24.043.485,41	23.318.855,29
Total do Património Líquido e Passivo		179.514.355,53	175.000.531,55

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADOS

Município de Sines

Demonstração consolidada dos resultados por naturezas

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	14	13.290.342,33	7.487.366,47
Vendas	13	2.190.124,22	3.619.718,91
Prestações de serviços e concessões	13	3.215.445,55	1.829.628,11
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	7.526.886,12	7.083.609,16
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	14	18.759,30	55,26
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1.073.467,41	-638.976,92
Fornecimentos e serviços externos	20.2	-7.419.380,12	-5.678.534,99
Gastos com pessoal	20.3	-11.138.470,71	-10.415.063,08
Transferências e subsídios concedidos		-2.148.483,71	-2.211.407,84
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10	-9.911,79	52.571,28
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-38.200,30	10.410,03
Provisões (aumentos/reduções)	15	-100.488,96	4.025.693,75
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		3.555.690,77	7.020.754,57
Outros gastos e perdas		-456.520,69	-430.519,38
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		7.412.324,60	11.755.305,33
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-4.305.253,97	-3.901.101,81
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		3.107.070,63	7.854.203,52
Juros e rendimentos similares obtidos	13	8.154,69	18.318,13
Juros e gastos similares suportados	7	-114.394,81	-126.561,70
Resultado antes de impostos		3.000.830,51	7.745.959,95
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		3.000.830,51	7.745.959,95
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		2.979.861,10	7.730.278,12
Interesses que não controlam		20.969,41	15.681,83
		3.000.830,51	7.745.959,95
		3.000.830,51	7.745.959,95

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

Município de Sines

Demonstração consolidada das alterações no património líquido

Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período (1)		30.877.689,05 €	39.360.354,33 €	43.497.731,51 €	107.840,35 €	1.052.620,10 €	28.771.447,87 €	7.745.959,95 €	151.413.643,16 €	268.033,10 €	151.681.676,26 €
Alterações no período											
Primeira adoção de novo referencial											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização e respetivas variações											
Transferências e subsídios de capital							6.171,28 €		6.171,28 €		6.171,28 €
Correção de erros materiais											
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		307.141,31 €	-581.680,00 €	7.774.386,44 €	-1.468,43 €	-44.403,33 €	1.013.851,34 €	-7.745.959,95 €	721.867,38 €	81.855,28 €	803.722,66 €
(2)		307.141,31 €	-581.680,00 €	7.774.386,44 €	-1.468,43 €	-44.403,33 €	1.020.022,62 €	-7.745.959,95 €	728.038,66 €	81.855,28 €	809.893,94 €
Resultado Líquido do Período (3)								3.000.830,51 €	3.000.830,51 €	20.969,41 €	3.021.799,92 €
Resultado Integral (4)=(2)+(3)								-4.745.129,44 €	3.728.869,17 €	102.824,69 €	3.831.693,86 €
Operações com detentores de capital no período											
Realizações de capital/património											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações		-42.500,00 €							-42.500,00 €		-42.500,00 €
Subscrições de prémios de emissão											
(5)		-42.500,00 €							-42.500,00 €		-42.500,00 €
Posição fim período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		31.142.330,36 €	38.778.674,33 €	51.272.117,95 €	106.371,92 €	1.008.216,77 €	29.791.470,49 €	3.000.830,51 €	155.100.012,33 €	370.857,79 €	155.470.870,12 €

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Município de Sines

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

RUBRICAS	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	4.733.852,21 €	3.336.627,02 €
Recebimentos de contribuintes	12.998.738,10 €	6.644.034,01 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	6.687.744,60 €	8.042.216,34 €
Recebimentos de utentes	928.332,35 €	327.511,81 €
Pagamentos a fornecedores	-8.059.480,39 €	-6.350.283,65 €
Pagamentos ao pessoal	-11.221.205,99 €	-10.600.817,07 €
Pagamentos de transferências e subsídios	-2.195.085,52 €	-2.424.942,52 €
Pagamentos de prestações sociais	0,00 €	0,00 €
Caixa gerada pelas operações	3.872.895,36 €	-1.025.654,06 €
Outros recebimentos	1.264.194,64 €	701.358,84 €
Outros pagamentos	-193.670,07 €	-396.532,73 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	4.943.419,93 €	-720.827,95 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-6.196.854,36 €	-8.655.508,03 €
Ativos intangíveis	-98.647,11 €	-179.361,62 €
Propriedades de investimento	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	0,00 €	-278.005,00 €
Outros ativos	0,00 €	-1.251,30 €
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	969.283,05 €	7.315.273,16 €
Ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €
Propriedades de investimento	920.441,62 €	770.785,97 €
Investimentos financeiros	0,00 €	0,00 €
Outros ativos	0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento	2.342.452,69 €	3.150.193,58 €
Transferências de capital	349.904,00 €	387.921,00 €
Juros e rendimentos similares	0,00 €	0,00 €
Dividendos	28.197,42 €	18.303,13 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-1.685.222,69 €	2.528.350,89 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	412.605,71 €	1.366.877,67 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuízos	0,00 €	0,00 €
Doações	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1.758.091,73 €	-1.551.774,93 €
Juros e gastos similares	-190.235,27 €	-104.458,44 €
Dividendos	0,00 €	0,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-1.535.721,29 €	-289.355,70 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	1.722.475,95 €	1.518.167,24 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.567.556,58 €	897.281,04 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.290.032,53 €	2.415.448,28 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.567.556,58 €	1.049.389,34 €
De execução orçamental	1.848.214,24 €	473.883,94 €
De operações de tesouraria	719.342,34 €	575.505,40 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.290.032,53 €	2.567.556,58 €
De execução orçamental	3.390.136,30 €	1.848.214,24 €
De operações de tesouraria	899.896,23 €	719.342,34 €

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

a) ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO



Município de Sines – Entidade Consolidante

- Sede Social: Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines
- NIF: 502563010
- N.º de Trabalhadores a 31/12: 520



SINESTECNOPOLLO

BIC Alentejo.

Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama

- Sede Social: Zona Industrial Ligeira 2 Lote 122-A, Sines 7520-309 SINES
- NIF: 507930452
- N.º de Trabalhadores a 31/12: 15
- Participação no Capital: 84,37 %



Associação Pro Artes de Sines

- Sede Social: Av. General Humberto Delgado, Largo da Estação 7520-Sines
- NIF: 509 032 524
- N.º de Trabalhadores a 31/12: 31
- Participação no Capital: 99,32%

Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S A

- Sede Social: Edifício Ciência II, número 11, 3º B, Taguspark 2740-120 Porto Salvo
- NIF: 504 475 606
- N.º de Trabalhadores a 31/12: 60
- Participação no Capital: 0,15%

b) ENTIDADES PARTICIPADAS EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Entidade Participada	N.I.P.C.	CAE	Capitais Próprios	Parcela detida	Valor da participação
AICEP GLOBAL PARQUES - GESTÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS E SERVIÇOS, SA Sede: Rua Artilharia Um 79, 7.º 1250-038 Lisboa	503580929	68321	20.186.305,00	0,65%	130.280,00
CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul C.R.L. Sede: Av. D. Nuno Álvares Pereira, 2 7540-102 Santiago do Cacém	500892784	64190	63.331.390,00	0,0022%	1.395,00
Fundo de Apoio Municipal Sede: Rua Prof. Gomes Teixeira, Nº 2 6º andar 1350-265 Lisboa	513319182	84114	417.857.175,00	0,08%	328.320,00

1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

As demonstrações financeiras de 2022, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade e verificabilidade.

1.3 DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe dos valores constantes em Caixa e Depósitos Bancários é o seguinte:

Conta	Designação	31-12-2022	31-12-2021
111	Caixa	2.687,73 €	2.277,90 €
	Depósitos à ordem		
122	Depósitos bancários à ordem	3.387.448,57 €	1.845.936,34 €
	Outros depósitos		
132	Depósitos consignados	241.783,85 €	166.695,47 €
133	Depósitos de garantias e cauções	658.112,38 €	552.646,87 €
TOTAL		4.290.032,53 €	2.567.556,58 €

Designação	31-12-2022	31-12-2021
- Execução orçamental	3.390.136,30 €	1.848.214,24 €
- Operações de tesouraria	899.896,23 €	719.342,34 €
Saldo da gerência	4.290.032,53 €	2.567.556,58 €

Nota 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

Dada a semelhança do normativo SNC e SNC-AP, o tratamento das operações é seguido em todas as entidades pelo que nos iremos referir apenas ao SNC-AP.

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade aplicáveis.

- Informação Comparativa

Tratando-se do primeiro ano de aplicação do normativo SNC-AP, sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Todavia, decorrente da aplicação pela primeira vez, existem ajustamentos, que não configuram alterações de políticas contabilísticas. A existirem encontram-se refletidas na conta 564 – Ajustamentos de transição.

- Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

- Compensação

Devido a importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Sines, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

- Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

- Moeda de apresentação e notas não relevantes

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Sines ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

- a) Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo, com exceção dos prédios rústicos e urbanos, que na transição para o SNC-AP, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

b) Propriedades de investimento

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuados reconhecimentos de ativos, de acordo com o facto dos mesmos representarem um recurso presentemente controlado pelo Município, como resultado de um evento passado que contém em si a capacidade de proporcionar um influxo do potencial de um serviço ou de benefícios económicos futuros.

Acresce referir que o controlo do recurso está presente, não apenas pela propriedade legal, se bem que esta seja importante, mas pela capacidade para utilizar o potencial de serviço ou os benefícios económicos provenientes do recurso em causa, ou de determinar a natureza e forma de utilização que outras entidades fazem dos benefícios originados pelo recurso (§93 da Estrutura concetual), nomeadamente se os investimentos que tenham de ser feitos não são cobertos pelo titular da propriedade.

Nestes termos foi adotado o classificador complementar 2 (CC2) ou o Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

Todas as propriedades de investimento foram mensuradas pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), considerando que a fórmula do VPT do Código do IMI constitui uma técnica apropriada de avaliação do justo valor.

c) Ativos intangíveis

Analisando os bens que compunham esta conta de acordo com o normativo anterior (POCAL), verificou-se que alguns destes bens não satisfaziam a definição de ativo intangível no SNC-AP. Foram, por isso, desreconhecidos nesta conta e transferidos para uma conta 56 – Resultados transitados, subconta 564 – Ajustamentos de transição.

Todavia a política contabilística adotada traduz-se no seguinte referencial.

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

d) Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

e) Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que o quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

f) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas

reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Município de Sines seguirá o método do custo e da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos financeiros.

g) Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Sines, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

h) Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como

rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;

- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis não amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que de acordo com a NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos, nomeadamente o parágrafo 20, a capitalização dos custos de empréstimos obtidos deve cessar quando todas as atividades necessárias

para preparar o ativo que se qualifica para o seu uso pretendido ou venda estão substancialmente concluídas.

- Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

j) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município de Sines racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

2.3 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Sines, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Nota 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Bases de mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações.

b) Método de amortização usado

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2).

c) Vidas úteis ou taxas de amortização

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativos Intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador
Taxas de amortização	33,33%	33,33%
Métodos de amortização	Linha reta	Linha reta

3.1 ATIVOS INTANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Rubricas		31/12/2021			31/12/2022		
		Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada
443	Programas de computador e sistemas de informação	1.175.958,53	461.518,85	714.439,68	1.157.610,56	927.140,42	230.470,14
	TOTAL	1.175.958,53	461.518,85	714.439,68	1.157.610,56	927.140,42	230.470,14

3.2 ATIVOS INTANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Rubricas		Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas	Amortizações do período	Diminuições	
443	Programas de computador e sistemas de informação	714.439,68	108.493,73	10.591,52	-201.897,47	-401.157,32	230.470,14
	TOTAL	714.439,68	108.493,73	10.591,52	-201.897,47	-401.157,32	230.470,14

3.2A ATIVOS INTANGÍVEIS – ADIÇÕES

Rubricas		Adições	
		Compra	Total
443	Programas de computador e sistemas de informação	108.493,73	108.493,73
	TOTAL	108.493,73	108.493,73

3.2B ATIVOS INTANGÍVEIS – DIMINUIÇÕES

Rubricas		Diminuições	
		Outras	Total
443	Programas de computador e sistemas de informação	-401.157,32	-401.157,32
TOTAL		-401.157,32	-401.157,32

Nota 4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Entre o Município de Sines e a EDP Distribuição – Energia, S.A. foi celebrado um contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município. Este contrato foi celebrado em 23 de julho de 2002, pelo prazo e nas condições estabelecidos no Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro. Assim, o contrato de concessão foi celebrado pelo prazo de 20 anos.

Esta concessão implicou a transferência para a EDP Distribuição, do exercício dos direitos e poderes da Câmara, necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir.

De acordo com a NCP – Norma Contabilidade Pública nº 4 no parágrafo nº 5º, são apresentadas as definições de; concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.

No paragrafo nº 6, da mesma NCP é indicado que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo. Nos parágrafos 11 a 13, da mesma NCP, é definido que quando o concedente reconhecer um ativo de concessão de serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo.

De forma a obter a informação para cumprimento das regras atrás referidas, o Município de Sines, enviou um pedido de informação à E-REDES, de modo a ter a quantificação do valor do património da concessão.

Em resposta ao pedido enviado, a E-REDES indicou que o valor líquido do património da concessão, era de 2,2 milhões de euros. De acordo com os dados fornecidos pelo concessionário, os valores líquidos da concessão são os que se apresentam de seguida. Todavia, dado que os valores disponibilizados se apresentam por agregados de bens, não

foram os mesmos reconhecidos nas demonstrações financeiras do Município dada a insuficiência de informação fornecida.

Ativos em concessão E-Redes - 2021	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor dos ativos da concessão na data da sua conclusão
				(valor de resgate ou de indemnização)
Imobilizado em exploração	5.638.124,00	3.407.024,00	2.231.100,00	
Subsídios ao investimento			0,00	
Totais	5.638.124,00	3.407.024,00	2.231.100,00	

A vida útil de acordo com os ativos complexos do mapa de reporte dos ativos da concessão é a seguinte:

Específico em BT	Vida útil (anos)
Postos Transformação e Seccionamento	25
Redes aéreas	25
Redes subterrâneas	25
Chegadas aéreas	25
Chegadas subterrâneas	25
Contadores e acessórios	10
Contadores	10
Outro equipamento	10
Equipamentos Acessórios e Outros	NA
Iluminação pública	25
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2017)	10
Outras Funcionalidades	10
Função Medição	10
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2018)	10

Nota 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2020, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP os prédios rústicos e urbanos ficaram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT). Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer. Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado constantes no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Ativos fixos tangíveis	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Taxas de depreciação	5,00%	entre 5% e 20%	25,00%	12,50%	entre 2% e 25%
Métodos de depreciação	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

5.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

Rubricas	31/12/2021			31/12/2022		
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	9.801.780,08	0,00	9.801.780,08	9.801.780,08	0,00	9.801.780,08
Edifícios e outras construções	2.686.061,84	1.939.554,87	746.506,97	3.036.614,22	615.732,84	2.420.881,38
Infraestruturas	55.715.360,39	28.003.356,64	27.712.003,75	60.166.710,33	30.426.669,23	29.740.041,10
Património histórico, artístico e cultural	449.538,03	0,00	449.538,03	509.146,43	0,00	509.146,43
Bens de domínio público em curso	6.775.209,59	0,00	6.775.209,59	7.825.417,62	0,00	7.825.417,62
	75.427.949,93	29.942.911,51	45.485.038,42	81.339.668,68	31.042.402,07	50.297.266,61
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	50.800.274,38	0,00	50.800.274,38	49.442.093,71	0,00	49.442.093,71
Edifícios e outras construções	49.485.499,11	6.048.696,28	43.436.802,83	52.369.709,58	8.219.225,56	44.150.484,02
Equipamento básico	5.701.316,77	4.823.909,49	877.407,28	5.597.912,64	4.795.390,62	802.522,02
Equipamento de transporte	4.978.225,52	3.645.294,19	1.332.931,33	5.081.706,52	3.853.257,71	1.228.448,81
Equipamento administrativo	1.861.957,71	1.742.022,26	119.935,45	1.787.905,77	1.549.696,45	238.209,32
Outros	3.112.362,06	2.832.541,25	279.820,81	3.262.564,35	2.806.149,74	456.414,61
Ativos fixos tangíveis em curso	3.582.116,41	0,00	3.582.116,41	3.646.243,02	0,00	3.646.243,02
	119.521.751,96	19.092.463,47	100.429.288,49	121.188.135,59	21.223.720,08	99.964.415,51
TOTAL	194.949.701,89	49.035.374,98	145.914.326,91	202.527.804,27	52.266.122,15	150.261.682,12

5.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	9.801.780,08	0,00	0,00	0,00	0,00	9.801.780,08
Edifícios e outras construções	746.506,97	1.935,69	1.716.359,95	-43.921,23	0,00	2.420.881,38
Infraestruturas	27.712.003,75	2.463.243,32	1.988.106,62	-2.423.312,59	0,00	29.740.041,10
Património histórico, artístico e cultural	449.538,03	5.892,40	53.716,00	0,00	0,00	509.146,43
Bens de domínio público em curso	6.775.209,59	3.386.931,34	-2.336.723,31	0,00	0,00	7.825.417,62
	45.485.038,42	5.858.002,75	1.421.459,26	-2.467.233,82	0,00	50.297.266,61
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	50.800.274,38	621.949,82	0,00	0,00	-1.980.130,49	49.442.093,71
Edifícios e outras construções	43.436.802,83	1.386.973,33	129.493,88 €	-802.786,02	0,00	44.150.484,02
Equipamento básico	877.407,28	251.726,42	-2.521,85	-319.255,98	-4.833,85	802.522,02
Equipamento de transporte	1.332.931,33	103.481,00	89.790,00	-297.753,52	0,00	1.228.448,81
Equipamento administrativo	119.935,45	87.269,96	148.712,90	-117.708,99	0,00	238.209,32
Outros	279.820,81	158.010,07	111.441,72	-92.857,99	0,00	456.414,61
Ativos fixos tangíveis em curso	3.582.116,41	1.625.671,27	-1.561.544,66	0,00	0,00	3.646.243,02
	100.429.288,49	4.235.081,87	-1.084.628,01	-1.630.362,50	-1.984.964,34	99.964.415,51
TOTAL	145.914.326,91	10.093.084,62	336.831,25	-4.097.596,32	-1.984.964,34	150.261.682,12

5.2A ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – ADIÇÕES

Rubricas	Adições			
	Compra	Doação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Terrenos e recursos naturais	1.935,69	0,00	0,00	1.935,69
Infraestruturas	108.399,26	2.354.844,06	0,00	2.463.243,32
Património histórico, artístico e cultural	4.867,40	1.025,00	0,00	5.892,40
Bens de domínio público em curso	3.386.931,34	0,00	0,00	3.386.931,34
	3.502.133,69	2.355.869,06	0,00	5.858.002,75
Outros ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	167.604,82	454.345,00	0,00	621.949,82
Edifícios e outras construções	23.938,33	1.363.035,00	0,00	1.386.973,33
Equipamento básico	249.813,38	35,00	1.878,04	251.726,42
Equipamento de transporte	103.481,00	0,00	0,00	103.481,00
Equipamento administrativo	87.269,96	0,00	0,00	87.269,96
Outros	158.010,07	0,00	0,00	158.010,07
Ativos fixos tangíveis em curso	1.625.671,27	0,00	0,00	1.625.671,27
	2.415.788,83	1.817.415,00	1.878,04	4.235.081,87
TOTAL	5.917.922,52	4.173.284,06	1.878,04	10.093.084,62

5.2B ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – DIMINUIÇÕES

Rubricas	Diminuições		
	Alienações a título oneroso	Outras	Total
Outros ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	-953.953,28	-1.026.177,21	-1.980.130,49
Equipamento básico	0,00	-4.833,85	-4.833,85
	-953.953,28	-1.031.011,06	-1.984.964,34
TOTAL	-953.953,28	-1.031.011,06	-1.984.964,34

Nota 7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que de acordo com a NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos, nomeadamente o parágrafo 20, a capitalização dos custos de empréstimos obtidos deve cessar quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo que se qualifica para o seu uso pretendido ou venda estão substancialmente concluídas.

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de financiamentos obtidos consolidados estava assim desagregada:

Designação	Quantia escriturada inicial	Quantia escriturada final	Custos associados
Financiamentos obtidos			
Passivo não corrente	9.231.458,64	7.828.270,30	114.394,81
Passivo corrente	1.573.195,85	1.528.812,12	
TOTAL	10.804.654,49	9.357.082,42	114.394,81

Nota 8. NOTA 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

a) Bases de Mensuração

As propriedades de investimento são registadas pelo método do custo e sujeitas anualmente a depreciação e teste de imparidade. Na adoção pela primeira vez do SNC-AP, o reconhecimento, foi efetuado pelo VPT, enquanto valor de mensuração inicial correspondendo o mesmo ao custo de aquisição. Para efeitos de divulgação, no final do ano de 2021, o valor do VPT, corresponde igualmente ao justo valor dos bens registados em Propriedades de investimento.

b) Método de depreciação usado

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP - (CC2).

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos mesmos dos ativos fixos tangíveis.

Ativos fixos tangíveis	Edifícios e Outras Construções
Taxas de depreciação	5,00%
Métodos de depreciação	Linha reta

8.1 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - MODELO DO CUSTO - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis. De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	
Propriedades de Investimento				
Terrenos e recursos naturais	17.269.646,42	97.036,49		17.366.682,91
Edifícios e outras construções	125.624,26		-5.760,18	119.864,08
TOTAL	17.395.270,68	97.036,49	-5.760,18	17.486.546,99

8.2 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - MODELO DO CUSTO – ADIÇÕES

Rubricas	Adições	
	Compra	Total
Propriedades de Investimento		
Terrenos e recursos naturais	97.036,49	97.036,49
TOTAL	97.036,49	97.036,49

8.3 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - MODELO DO CUSTO – DIMINUIÇÕES

Não houve diminuições no ano de 2022.

Nota 9. IMPARIDADE DE ATIVOS

9.1 IMPARIDADE DE ATIVOS GERADORES DE CAIXA E ATIVOS NÃO GERADORES DE CAIXA

Ativo	Natureza	31/12/2022			31/12/2021		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	2.199.222,04	1.582.052,80	617.169,24	2.462.834,38	1.541.915,24	920.919,14
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	325.760,02	176.149,59	149.610,43	369.069,89	166.237,80	202.832,09
TOTAL		2.524.982,06	1.758.202,39	766.779,67	2.831.904,27	1.708.153,04	1.123.751,23

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Reforços	Total aumentos	Reversões	Total diminuições	
Cientes, contribuintes e utentes	1.541.915,24	44.541,83	44.541,83	4404,27	4.404,27	1.582.052,80
Matérias-primas, subsid.e de consumo	166.237,80	9.932,85	9.932,85	21,06	21,06	176.149,59
TOTAL	1.708.153,04	54.474,68	54.474,68	4.425,33	4.425,33	1.758.202,39

Nota 10. INVENTÁRIOS

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2022 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

10.1 INVENTÁRIOS

Rubricas	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	325.760,02 €	176.149,59 €	149.610,43 €	369.069,89 €	166.237,80 €	202.832,09 €

10.2 INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Compras liquidas	Consumos/gastos	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	0,00					-581.680,00	581.680,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	202.832,09	731.625,37	-783.513,79	-9.932,85	21,06	-1.159,99	9.738,54	149.610,43
TOTAL	202.832,09	731.625,37	-783.513,79	-9.932,85	21,06	-582.839,99	591.418,54	149.610,43

10.3 CMVMC - CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Custo das merc.vend.mat.consumidas	2022	2021
Matérias-primas	4.735,50	
Matérias de consumo clínico	97,06	86,45
Materiais Diversos	291.212,24	262.948,56
Pneus	10.819,22	23.439,46
Combustíveis	317.291,21	208.586,14
Manutenção	2.159,75	3.728,13
Alimentação géneros p/confecionar	158.319,21	131.000,68
Terrenos e propriedades	288.833,22	9.187,50
Totais	1.073.467,41	638.976,92

Rubricas	2022			2021		
	Mercadorias	Matérias Primas Subs. Consumo	Total	Mercadorias	Matérias Primas Subs. Consumo	Total
Existências iniciais	0,00	369.069,89	369.069,89	0,00	454.089,79	454.089,79
Compras	0,00	731.625,37	731.625,37	0,00	543.270,65	543.270,65
Regularização de existências	289.953,62	8.578,55	298.532,17	9.187,50	1.498,87	10.686,37
Existências finais	0,00	325.760,02	325.760,02	0,00	369.069,89	369.069,89
CMVMC	289.953,62	783.513,79	1.073.467,41	9.187,50	629.789,42	638.976,92

Nota 13. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação com contraprestação	31-12-2022	31-12-2021
Prestações de Serviços	3.215.445,55	1.829.628,11
Venda de bens	2.190.124,22	3.619.718,91
Dividendos ou distribuições similares	28.202,42	18.318,13
Outros rendimentos	1.121.493,63	5.278.263,55
TOTAL	6.555.265,82	10.745.928,70

Nota 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	31-12-2022	31-12-2021
Impostos diretos	5.566.241,14	4.137.843,69
Impostos indiretos	7.077.925,06	2.799.528,48
Taxas	555.438,12	413.952,93
Multas e outras penalidades	90.738,01	136.041,37
Transferências sem condição	7.721.975,70	6.612.623,68
Subsídios com condição	2.163.724,83	2.230.540,32
Outros	126.599,34	23.944,15
TOTAL	23.302.642,20	16.354.474,62

Nota 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 2.645.040,25€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Encontravam-se ainda provisionados 25.600€ relativos a processos de contraordenação contestados de âmbito ambiental. Nas outras provisões estão provisionados 3.319,76€ referentes a processos de contraordenações em curso.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Aumentos da quantia escriturada	Total de aumentos	Reversões	Total de diminuições	
Provisões						
Processos judiciais em curso	2.543.051,29	189.812,46	189.812,46	87.823,50	87.823,50	2.645.040,25
Matérias ambientais	27.100,00	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	25.600,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	3.319,76	0,00	0,00	0,00	0,00	3.319,76
TOTAL	2.573.471,05	189.812,46	189.812,46	89.323,50	89.323,50	2.673.960,01

Nota 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data mais quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam a os valores a seguir apresentados.

18.1 ATIVOS FINANCEIROS

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2022			31.12.2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos Financeiros	Mensurados ao justo valor através de resultados	ATIVO NÃO CORRENTE						
		Participações Financeiras						
		- Participações de capital - MEP	0,00	0,00	0,00	2.096.139,66	0,00	2.096.139,66
	Mensurados ao custo amortizado menos imparidades	ATIVO NÃO CORRENTE						
		Participações Financeiras						
		- Participações de capital - Custo	16.435,63	0,00	16.435,63	-1.275.010,33	0,00	-1.275.010,33
		- Investimentos noutras entidades	462.229,41	0,00	462.229,41	464.975,01	0,00	464.975,01
		ATIVO CORRENTE						
		Devedores p/transf.sub.emp.bonif.						
		- Dev. por transf. e sub. não reemb.	1.867.316,35	0,00	1.867.316,35	1.703.419,09	0,00	1.703.419,09
		Clientes, contribuintes e utentes						
		- Clientes c/c	584.601,02	0,00	584.601,02	485.032,94	0,00	485.032,94
		- Contribuintes	1.652,12	0,00	1.652,12	39,58	0,00	39,58
		- Utentes	30.916,10	0,00	30.916,10	435.846,62	0,00	435.846,62
		- Cobrança duvidosa	1.582.052,80	1.582.052,80	0,00	1.541.915,24	1.541.915,24	0,00
		Outros ativos						
		- Estado e out.ent.públicos	429.312,81	0,00	429.312,81	273.910,90	0,00	273.910,90
		- Dev. por acréscimos	3.248.098,55	0,00	3.248.098,55	3.456.287,67	0,00	3.456.287,67
		- Devedores diversos	438.528,58	0,00	438.528,58	547.883,90	0,00	547.883,90
		- Outros ativos financeiros	5.186,50	0,00	5.186,50	5.186,50	0,00	5.186,50
		Totais	8.666.329,87	1.582.052,80	7.084.277,07	9.735.626,78	1.541.915,24	8.193.711,54

18.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Os credores por transferências e subsídios empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos a seguir apresentados na sua agregação.

Os fornecedores resultam da atividade normal do Grupo Municipal enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros		31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao custo	Credores p/transf.sub.emp.bonif.	
		- Cred. por transf. e sub. não reemb.	32.029,26 40.688,72
		- Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	2.512.462,19 2.696.038,66
		Fornecedores	756.559,82 925.426,50
		Outros passivos	
		- Estado e out.ent.públicos	308.818,47 305.245,90
		- Fornecedores de investimentos	126.664,49 421.045,50
		- Cred. por acréscimos	1.491.295,39 1.524.574,70
		- Credores diversos	1.296.340,46 1.139.274,37
		- Rendimentos a reconhecer	8.000.735,09 5.584.474,06
		Financiamentos obtidos	6.844.620,23 8.108.615,83
		Totais	21.369.525,40 20.745.384,24

Nota 20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

20.2 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Município de Sines / SinesTecnopolo

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial (1)	Obrigações constituídas no exercício (2)	Anulações no exercício (3)	Pagamentos do exercício (4)	Saldo final (6)=(1)+(2)- (3)-(4)	Saldo inicial (7)	Direitos constituídos no exercício (8)	Anulações no exercício (9)	Recebimentos do exercício (10)	Saldo final (11)=(7)+(8)- (9)-(10)
Transferências	0,00	172.509,08		172.509,08	0,00	0,00				0,00
Relações Comerciais	0,00				0,00	10.392,92	4.506,67		4.538,17	10.361,42
Total	0,00	172.509,08	0,00	172.509,08	0,00	10.392,92	4.506,67	0,00	4.538,17	10.361,42

Município de Sines / Associação Pro Artes

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial (1)	Obrigações constituídas no exercício (2)	Anulações no exercício (3)	Pagamentos do exercício (4)	Saldo final (6)=(1)+(2)- (3)-(4)	Saldo inicial (7)	Direitos constituídos no exercício (8)	Anulações no exercício (9)	Recebimentos do exercício (10)	Saldo final (11)=(7)+(8)- (9)-(10)
Transferências	0,00	159.360,00		159.360,00	0,00					0,00
Total	0,00	159.360,00	0,00	159.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1 MOVIMENTOS EXTRA-CONTABILÍSTICOS EFETUADOS PARA EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados todos os créditos e dívidas recíprocos entre as entidades consolidantes, os ativos correspondentes a ganhos resultantes de operações realizadas reciprocamente o capital social que o Município de Sines detém nas entidades consolidadas. Posteriormente foram apurados os “interesses minoritários”, conforme se encontra demonstrado no quadro abaixo.

Lançamento	Descrição	A Débito		A Crédito	
		Conta	Valor	Conta	Valor
L1	Eliminação de custos e proveitos relativos à quota anual da CMS para o Sines Tecnopolo	75	170.000,00 €	60	170.000,00 €
L2	Eliminação de custos e proveitos relativos à quota anual da CMS para a Pro Artes	75	99.360,00 €	60	99.360,00 €
L3	Eliminação da faturação emitida pela CMS ao Sines Tecnopolo - Fornecimento de água	712	4.506,67 €	62	4.506,67 €
L4	Eliminação do saldo de conta corrente relativo à faturação de água da CMS ao Sines Tecnopolo	221	10.361,42 €	211	10.361,42 €
L5	Eliminação da transferência efetuada para a SinesTecnopolo	75	2.509,08 €	60	2.509,08 €
L6	Eliminação de custos e proveitos relativos à prestação de serviços da Pró-Artes para a CMS	75	60.000,00 €	60	60.000,00 €
L7	Eliminação da equivalência patrimonial efetuada na prestação de contas individual da CMS relativa ao Sines Tecnopolo - RLE	78	110.961,95 €		
L8	Eliminação da equivalência patrimonial relativa ao SinesTecnopolo	51	850.000,00 €	411	2.122.686,83 €
		5712	213.946,14 €	5711	314.196,59 €
		5713	2.098.041,59 €	59	836.066,27 €
L9	Eliminação da equivalência patrimonial efetuada na prestação de contas individual da CMS relativa à Pró-Artes - RLE	76	59.815,34 €		
L10	Eliminação da equivalência patrimonial relativa à Pró-Artes	299	218.623,38 €	5711	42.672,60 €
		51	138.000,00 €	5713	303.403,90 €
		5712	709.659,82 €	59	780.022,04 €
L11	Método da equivalência patrimonial - Município, EM.	414	-1.462,17 €	683	-1.288,43 €
		414	-1.288,43 €	571	-1.462,17 €
L12	Interesses Minoritários - Resultado Líquido do Período	88	20.969,41 €	59	244.003,94 €
	Interesses Minoritários - Capitais Próprios	51	158.443,16 €		
		58	186.816,64 €		
		571	25.000,00 €		
		59	244.601,94 €		
	Interesses Minoritários			IM	391.827,20 €
Total		5.378.865,94 €		5.378.865,94 €	

23.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Fornecimentos e serviços externos		31-12-2022	31-12-2021
621	Subcontratos e parcerias	1.120.545,76	1.431.262,91
	- Serviços de Saneamento básico	320.523,00	430.265,92
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	369.156,00	456.455,85
	- Água - Abastecimento Público	22.498,91	16.276,23
	- Espaços de desporto cultura e lazer	2.029,50	2.385,00
	- Limpeza Urbana	46.174,20	97.204,44
	- Iluminação Pública	264.023,01	356.600,76
	- Transportes Escolares	62.213,65	57.679,81
	- Transportes outros	0,00	2.676,51
	- Cantinas Escolares - refeições confeccionadas	55,35	315,61
	- Cantinas Escolares - refeições p/ confeccionadas	12.886,11	192,21
	- Outros	20.986,03	11.210,57
622	Serviços especializados	4.397.989,51	2.291.516,56
	- Trabalhos especializados	3.128.358,04	966.958,92
	- Publicidade comunicação e imagem	130.842,28	70.456,01
	- Vigilância e segurança	90.607,21	101.116,94
	- Honorários	289.671,38	302.801,81
	- Comissões de cobrança de impostos e taxas	256.598,89	146.227,13
	- Comissões de outras cobranças	21.138,29	19.310,97
	- Comissões de serviços financeiros	2.469,83	1.951,21
	- Comissões outras	0,00	36,90
	- Conservação e reparação	422.855,98	633.188,81
	- Outros serviços especializados	55.447,61	49.467,86
623	Materiais de consumo	325.455,77	330.976,53
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	74.616,57	50.609,09
	- Livros e documentação técnica	28.298,89	3.763,30
	- Material de escritório	8.702,35	2.835,99
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	103.140,88	21.794,01
	- Material de educação cultura e recreio	53.140,52	101.247,48
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	4.273,59	48.157,99
	- Medicamentos e artigos para a saúde	3.552,01	125,97
	- Produtos químicos e de laboratórios	3.243,00	3.534,75
	- Outros fornecimentos e serviços	46.487,96	98.907,95
624	Energia e fluídos	553.636,09	739.022,13
	- Eletricidade	405.108,08	638.878,73
	- Combustíveis e lubrificantes	147.518,71	108.910,77
	- Outros	1.009,30	-8.767,37
625	Deslocações, estadas e transportes	29.218,66	7.594,47
	- Deslocações e estadas	28.299,08	7.579,71
	- Transportes Escolares	894,00	0,00
	- Outros	25,58	14,76

Fornecimentos e serviços externos		31-12-2022	31-12-2021
626	Serviços diversos	992.534,33	878.162,39
	- Rendas e alugueres	124.057,83	107.127,85
	- Comunicação	83.161,63	85.936,44
	- Seguros	112.987,78	213.361,11
	- Contencioso e notariado	5.109,21	7.457,29
	- Despesas de representação dos serviços	4.246,05	4.110,99
	- Limpeza, higiene e conforto	450.203,91	148.254,73
	- Outros serviços	212.767,92	311.913,98
	Totais	7.419.380,12	5.678.534,99

23.3 GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal apresentam a seguinte evolução:

Gastos com o pessoal	31-12-2022	31-12-2021
Remunerações Órgãos Autárquicos	214.071,34	237.973,68
Remunerações do pessoal	0,00	0,00
- Remunerações base	5.938.873,22	5.605.773,63
- Subsídios de férias	566.313,10	586.536,67
- Subsídios de Natal	524.596,56	481.321,41
- Despesas de representação	16.024,14	15.435,02
- Subsídio de refeição	572.624,37	542.668,91
- Trabalho extraordinário	398.436,80	297.435,70
- Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	113.585,36	108.590,59
- Abono para falhas	25.308,59	26.648,62
- Ajudas de custo	54.966,83	35.661,63
- Vestuário e artigos pessoais	0,00	0,00
- Outros suplementos	73.929,87	56.946,58
Pensões	0,00	0,00
Indemnizações	4.952,68	2.419,57
Encargos s/ Remunerações	1.928.536,02	1.773.104,21
Seguros de acid. trab e doenças profis.	74.879,88	91.362,92
Outros gastos com o pessoal	370.663,79	341.494,24
Outros encargos sociais	260.708,16	211.689,70
	11.138.470,71	10.415.063,08

Nota final: As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Sines ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Município de Sines							
Demonstração consolidada de desempenho orçamental							
Rubrica	RECEBIMENTOS	2022	2021	Rubrica	PAGAMENTOS	2022	2021
	Saldo da gerência anterior	2.567.556,58	1.049.389,34				
	Operações orçamentais (1)	1.848.214,24	473.883,94				
	Devolução do saldo oper. Orçamentais						
	Operações tesouraria (A)	719.342,34	575.505,40				
	Receita corrente	27.270.197,70	19.674.162,19		Despesa corrente	21.739.188,92	19.759.252,23
R1	Receita Fiscal	12.910.649,70	6.505.528,23	D.1	Despesa com o Pessoal	11.221.205,99	10.931.347,16
R1.1	Impostos Diretos	12.910.649,70	6.505.528,23	D.1.1	Remunerações Certas e Permanentes	8.184.169,80	7.245.613,82
R1.2	Impostos Indiretos			D.1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	717.462,20	525.993,56
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas			D.1.3	Segurança Social	2.319.573,99	2.641.450,84
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1.016.420,75	466.017,59	D2	Aquisição de Bens e Serviços	8.059.259,01	6.348.111,44
R4	Rendimentos de propriedade	544.984,18	518.441,25	D3	Juros e Outros Encargos	190.456,65	106.630,65
R5	Transferências e subsídios correntes	7.001.545,95	8.402.086,87	D4	Transferências e subsídios correntes	2.146.993,94	2.314.897,75
R5.1	Transferências Correntes	7.001.545,95	8.402.086,87	D4.1	Transferências Correntes	2.146.993,94	2.312.541,17
R5.1.1	Administrações Públicas	6.866.823,17	6.735.427,81	D4.1.1	Administrações Públicas	1.286.080,11	1.073.364,18
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	6.806.692,09	6.681.818,96	D4.1.1.1	Administração Central - Estado	334.765,80	28.750,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	60.131,08	53.608,85	D4.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00		D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00		D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	951.314,31	1.044.614,18
R5.1.2	Exterior - EU	0,00		D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	712.386,48	942.968,85
R5.1.3	Outras	134.722,78	1.666.659,06	D4.1.3	Famílias	148.527,35	162.708,14
R5.2	Subsídios correntes	0,00		D4.1.4	Outras	0,00	133.500,00
R6	Venda de bens e serviços	5.137.507,07	3.607.274,87	D4.2	Subsídios correntes	0,00	2.356,58
R7	Outras Receitas Correntes	659.090,05	174.813,38	D5	Outras Despesas Correntes	121.273,33	58.265,23
	Receita capital	3.699.992,35	10.867.349,08		Despesa capital	6.343.593,05	8.946.077,34
R8	Venda de bens investimento	969.283,05	7.315.273,16	D6	Aquisição de bens de capital	6.295.501,47	8.836.032,57
R9	Transferências e subsídios de capital	2.692.356,69	3.538.114,58	D7	Transferências e subsídios de capital	48.091,58	110.044,77
R9.1	Transferências Capital	2.692.356,69	3.538.114,58	D7.1	Transferências de Capital	48.091,58	110.044,77
R9.1.1	Administrações Públicas	2.692.356,69	3.538.114,58	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	2.692.356,69	3.538.114,58	D7.1.1.1	Administração Central - Estado		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades			D7.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.5	Administração Local			D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior -EU			D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	48.091,58	110.044,77
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras Receitas capital	1.756,15	3.507,00	D7.2	Subsídios de capital		
R11	Reposição não abatidas ao pagamento	36.596,46	10.454,34	D8	Outras Despesas Capital		
	Receita efetiva (2)	30.970.190,05	30.541.511,27		Despesa efetiva (5)	28.082.781,97	28.705.329,57
	Receita não efetiva (3)	412.605,71	1.367.928,53		Despesa não efetiva (6)	1.758.091,73	1.829.779,93
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	1.050,86	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	278.005,00
R13	Receita com passivos financeiros	412.605,71	1.366.877,67	D10	Despesa com passivos financeiros	1.758.091,73	1.551.774,93
	Soma (4)=(1)+(2)+(3)	33.231.010,00	32.383.323,74		Soma (7)=(5)+(6)	29.840.873,70	30.535.109,50
	Operações de tesouraria (B)	252.959,63	269.402,95		Operações de Tesouraria (C)	72.405,74	125.566,01
					Saldo para a gerência seguinte	4.290.032,53	2.567.556,58
					Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	3.390.136,30	1.848.214,24
					Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	899.896,23	719.342,34
					Saldo global (2)-(5)	2.887.408,08	1.836.181,70
					Despesa Primária	27.892.325,32	28.598.698,92
					Saldo Corrente	5.531.008,78	-85.090,04
					Saldo Capital	-2.643.600,70	1.921.271,74
					Saldo Primário	3.077.864,73	1.942.812,35
					Receita total (1)+(2)+(3)	33.231.010,00	32.383.323,74
					Despesa total (5)+(6)	29.840.873,70	30.535.109,50

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Município de Sines

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2022	2021
	Receita corrente	2.747.412,17	3.068.896,51
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	
R1.2	Impostos Indiretos		
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	71.427,02	479.746,18
R4	Rendimentos de propriedade	500,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	563.126,64	543.570,84
R5.1	Transferências Correntes	563.126,64	543.570,84
R5.1.1	Administrações Públicas	563.126,64	543.570,84
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	563.126,64	543.570,84
R5.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - EU	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	2.079.384,61	1.937.146,89
R7	Outras Receitas Correntes	32.973,90	108.432,60
	Receita capital	1.717.360,74	1.613.283,05
R8	Venda de bens investimento	3.792,38	
R9	Transferências e subsídios de capital	1.704.985,65	1.602.944,19
R9.1	Transferências Capital	1.704.985,65	1.602.944,19
R9.1.1	Administrações Públicas	1.704.985,65	1.602.944,19
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	1.704.985,65	1.602.944,19
R9.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.5	Administração Local		
R9.1.2	Exterior -EU		
R9.1.3	Outras		
R9.2	Subsídios de capital		
R10	Outras Receitas capital	8.582,71	10.338,86
R11	Reposição não abatidas ao pagamento	0,00	
	Receita efetiva (1)	4.464.772,91	4.682.179,56
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	
	Receita total (3)=(1)+(2)	4.464.772,91	4.682.179,56

Rubrica	OBRIGAÇÕES	2022	2021
	Despesa corrente	1.142.966,92	1.312.135,28
D.1	Despesa com o Pessoal	493.958,33	540.466,26
D.1.1	Remunerações Certas e Permanentes	37.166,78	67.054,07
D.1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	3.891,30	3.519,53
D.1.3	Segurança Social	452.900,25	469.892,66
D2	Aquisição de Bens e Serviços	477.813,91	599.841,73
D3	Juros e Outros Encargos	9.912,69	9.912,69
D4	Transferências e subsídios correntes	32.029,26	40.688,72
D4.1	Transferências Correntes	32.029,26	40.688,72
D4.1.1	Administrações Públicas	1.500,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	
D4.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades		
D4.1.1.3	Segurança Social		
D4.1.1.4	Administração Regional		
D4.1.1.5	Administração Local	1.500,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	30.529,26	40.688,72
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00
D4.1.4	Outras		
D4.2	Subsídios correntes		
D5	Outras Despesas Correntes	129.252,73	121.225,88
	Despesa capital	22.187,13	32.111,90
D6	Aquisição de bens de capital	22.187,13	32.111,90
D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	
D7.1	Transferências de Capital	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado		
D7.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades		
D7.1.1.3	Segurança Social		
D7.1.1.4	Administração Regional		
D7.1.1.5	Administração Local	0,00	
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	
D7.1.3	Famílias		
D7.1.4	Outras		
D7.2	Subsídios de capital		
D8	Outras Despesas Capital		
	Despesa efetiva (4)	1.165.154,05	1.344.247,18
	Despesa não efetiva (5)	0,00	0,00
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Despesa total (6)=(4)+(5)	1.165.154,05	1.344.247,18

O Presidente da Câmara Municipal
Nuno Mascarenhas

O Presidente da Assembleia Municipal

O Vice-Presidente
Fernando Ramos

O 1º Secretário

A Vereadora
Filipa Faria

O 2º Secretário

O Vereador
José Arsénio

O Vereador
António Braz

O Vereador
Jaime Cáceres

O Vereador
Gonçalo Naves

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças
Contabilista Público OCC n.º 79.169
Ricardo Barbosa